



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO HUMANIDADES- CAMPUS III

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE HISTÓRIA

JANIELE DA SILVA PONTES

**A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO: DISCURSOS MATERNALISTAS
NO NORDESTE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920**

GUARABIRA - PB

2022

JANIELE DA SILVA PONTES

**A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO: DISCURSOS MATERNALISTAS
NO NORDESTE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Orientador: Durval Muniz de Albuquerque Junior

GUARABIRA - PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P589r Pontes, Janiele da Silva.
A (Re)construção do corpo feminino [manuscrito] :
discursos maternalistas no nordeste brasileiro na década de
1920 / Janiele da Silva Pontes. - 2022.
55 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Junior
, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Maternidade . 2. Nordeste . 3. Feminismo . 4.
Higienismo . I. Título

21. ed. CDD 305.42

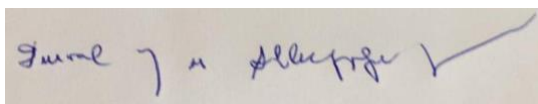
JANIELE DA SILVA PONTES

**A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO: DISCURSOS MATERNALISTAS
NO NORDESTE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

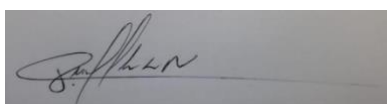
Aprovada em: 09/12/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr. (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Susel Oliveira da Rosa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Alômia Abrantes da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A 'minha' Dona Maria, mãe solo, que com muita garra – como inúmeras nordestinas – criou duas filhas sozinha e a todas as mulheres que precisaram abrir mão de si mesmas em prol da maternidade. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

É difícil falar em agradecimentos quando muitos atravessaram meu caminho durante meus anos nas salas da UEPB, espaço de muitas memórias e experiências. Assim, procurarei ser breve, gostaria de agradecer antes de todos os nomes que serão mencionados, a Jaqueline, minha irmã, que na mesa da sua cozinha – ambiente de afetos e muitas fofocas – segurou minha mão, ouviu minhas ansiedades e inúmeras outras crises, sempre repetindo “isso aí é fichinha pra você, sei que consegue” e a minha mãe, Dona Maria, ao qual dediquei esse trabalho, que apesar de não ser perfeita, pois a maternidade é cruel e esgotante, exerceu seu papel materno de forma inspiradora, com seus cuidados de “mãe coruja”. Obrigada as duas, a vocês devo quem sou.

No âmbito acadêmico, quero agradecer a todos os professores e a coordenação de História, que me auxiliaram e me instruíram durante o curso. Especificamente, agradeço a Professora Susel, por me incentivar no momento em que apareci com a temática, sem ao menos ter um mero recorte definido. Em especial, queria agradecer ao Professor Durval Muniz pelo carinho, pelo acolhimento e por suas palavras como educador e pesquisador, que sempre descrevi como “História em forma de poesia”, foi graças ao senhor, que minha vontade de falar sobre as problemáticas que envolvem a maternidade nasceu, pois parafraseando uma fala dita pelo mesmo em uma das suas aulas, “a escrita se torna confortável – ou não – quando escrevemos sobre aquilo que nos toca como indivíduo”.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus laços de amizade, alguns antigos e outros conquistados ao longo da graduação. Meu muito obrigado a Geyzi, pela amizade que ultrapassou uma década, por delirar junto comigo em inúmeros planos futuros, pelos açaís tomados depois da academia e por sempre me lembrar que preciso ser mais egoísta, saiba que você é uma mãe incrível e que está tudo bem não amar a maternidade. Ao meu inferno particular, conhecido como Eduardo – destaco aqui que, por mais inacreditável que pareça, se trata de um apelido carinhoso – quero agradecer pelas conversas aleatórias, por me ouvir toda vez que preciso surtar e por escutar as músicas que recomendo, mesmo reclamando que são tristes e dramáticas. A Rodrigo, o irmão ranzinza e com espírito de um idoso de 80 anos, que a UEPB me deu, quero agradecer pelas risadas, pelas fofocas e por toda a nossa vida previamente já planejada em videochamadas que duram horas, onde os assuntos mais inusitados são falados, saiba que te amo, mesmo sendo hater do meu gosto musical. A Rawane,

minha canceriana raiz, sou imensamente grata por seu abraço-casa, por lembrar que não gosto de doces, por me comprar chocolate amargo e por ouvir Legião Urbana comigo. Meu obrigada a Tarsila por compartilhar comigo o amor por Supernatural e por me apoiar, a Eduarda pelos sorrisos, por acreditar em mim e pelas mensagens inesperadas, a Hugo pelos inúmeros memes enviados no Instagram e pela amizade e a todas as criaturas loucas e únicas que tive o prazer de encontrar e de participar de cada um dos seus mundos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Se “ser mãe” é experiência que parece justificar a existência de toda mulher, que nomeia uma identidade e significa socialmente o feminino, não sou, finalmente, nem mulher nem feminina, já que não tive filhos, recusei cumprir meu “destino biológico”.

(Diva do Couto Gontijo Muniz)

RESUMO

A Maternidade instiga debates, a figura mãe é carregada de forte simbolismo e devoção, é de senso comum enxergar o binômio mulher-mãe como personagens intimamente ligados, um só ser, onde uma separação talvez não seja possível ou até mesmo aceita. Nesse contexto, essa pesquisa objetivou-se com o trabalho de analisar os diferentes discursos maternalistas presentes no nordeste brasileiro na década de 1920, suas causas e influências no controle e sofrimentos dos corpos femininos, em um período que passava por diversas mudanças sociais, econômicas e políticas em consequência do crescimento dos pensamentos Higienistas e Eugenistas. O trabalho foi realizado através de recortes do jornal Diário de Pernambuco, como também das leituras de autoras e autores considerados referências para as áreas de gênero, classe, raça, maternidade, História da Mulher e História do Corpo, como Elisabeth Badinter, Maria Martha L. Freire, Mary Del Priore, bell hooks, Durval Muniz, Patricia Hill Collins, Lilia M. Schwarcz e entre outros, onde avaliou-se o impacto dos discursos maternalistas aliados a outros movimentos – como o Feminismo e dos demais já citados acima –, na construção do novo imaginário feminino brasileiro, ou a “mulher ideal”. Conclui-se que a relação entre mãe e mulher passou por uma reconstrução ao longo da década de 20, onde a mulher teve – mais uma vez – seu lugar e papel na sociedade discutido e decidido por sua capacidade reprodutora e pela “entidade” mãe.

Palavras-chave: Maternidade; Nordeste; Feminismo; Higienismo.

ABSTRACT

Motherhood instigates debates, as the mother figure is filled with strong symbolism and devotion when it is common sense to see the binomial woman mother as an intimately linked character, one being, where separation may not be possible or even accepted. In this context, this research aimed to analyze the different maternal discourses present in the northeast of Brazil in the 1920s, its causes, and influences on the control and suffering of female bodies, in a period that went through various social, and economic changes and policies as a result of the growth of Hygienist and Eugenic thoughts. The work was carried out through clippings from the newspaper *Diário de Pernambuco*, as well as the readings of authors considered references to the areas of gender, class, race, maternity, History of Brazil, and History of the Body, such as Elisabeth Badinter, Maria Martha L Freire, Mary del Priore, Bell Hooks, Durval Muniz, Patricia Hill Collins, Lilia M. Schwarcz and among others, where the impact of maternalist discourses combined with other movements and the others already mentioned above was evaluated-, In the construction of the new Brazilian female imagination, or the “ideal woman”. It is concluded that the relationship between mother and woman underwent a reconstruction throughout the 1920s, where the woman had once again her place and role in society discussed and decided by her reproductive capacity and the "entity" mother.

Keywords: Maternity; Northeast; Feminism; Hygienism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	VENTRES REVOLUCIONÁRIOS NÃO GERAM	19
	2.1 FEMINISMOS, MÃES E DEVERES.....	19
3	UM NOVO CORPO: MÃE, PÁTRIA E HIGIENE	26
	3.1 A PÁTRIA É MÃE E MULHER.....	26
	3.2 CADERNOS, PANEAS E FRALDAS.....	33
4	MATERNIDADE CIENTÍFICA: A (RE)CONSTRUÇÃO DA MATERNAGEM	40
	4.1 O AVANÇO DOS BISTURIS	40
	4.2 MATERNIDADE NEGLIGENTE: FRALDAS CHEIAS DE CULPA ...	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

*“Quel est le grand devoir de la femme?
Enfanter, encore enfanter, toujours
enfanter!”¹*

(Dr. Doléris, 1918)²

A presença de estudos sobre maternidade e suas singularidades é algo recente. Internacionalmente se vê os inícios dos discursos em torno do problema da maternidade em meados do XVIII, quando vai ganhando espaço nas áreas médicas e filosóficas. O amor materno começa então a ganhar lugar de destaque nos estudos sobre as instituições familiares e as relações que as constituem. Porém, para se compreender de forma plena esse conceito é preciso lembrar que a definição de maternidade abraça um vasto sistema de valores relacionados com o que é ser mulher, bem como também sobre o que é ser filho. Além disso, a relação com a maternidade também pode variar dependendo das classes sociais, da raça e até da religião. Mas, um conhecimento que é tido como “natural” na sociedade é que o instinto materno nasce nos corpos e mentes das mulheres, sendo algo ligado diretamente a essência feminina e seu grande dever social e perante o poder divino. É do senso comum ver o ser mãe ligado ao ser mulher, como se fossem uma coisa só. A mulher confunde-se com a persona do “Ser mãe”, gerando na vida das mulheres a pressão de tornarem a procriação uma meta, porque a pretensa essência feminina se realizaria por meio do ato imposto socialmente de ser mãe. Logo, dar à luz deixa de ser uma opção e se transforma em um meio para as mulheres se tornarem “completas”, em plenitude, verdadeiras mulheres, o que do contrário causaria estigmas sociais negativos, que carregariam por toda a vida.

Longe de ser apenas apenas uma função biológica, a maternidade inscreve-se num sistema de códigos articulado e estruturado ideologicamente, indissociável das concepções correntes de homem, mulher, família, criança. Encaixa-se, então, num esquema mais amplo de representação. Nossa cultura destaca, como momentos privilegiados da trajetória feminina, gravidez, parto, amamentação, vínculo mãe-filho, em detrimento de outros,

¹ “Qual é o grande dever da mulher? Ter filhos, novamente ter filhos, sempre ter filhos!” (Tradução livre).

² (Dr. Doléris. *Néo-malthusianisme, Maternité et féminisme. Education sexuelle*, 1918, apud Freire, 2009)

fundamentando a ideia de maternidade como meta inevitável. (PARSEVAL, 1986, p. 76 apud Baia, 2020, p.14)³

A construção do feminino durante toda a história está atrelada a sua capacidade de procriação, essa construção silenciosa foi tomando espaço na vida das mulheres até se tornar inquestionável. A figura da mãe foi sendo concretizada pelas instituições sociais, capitalistas e culturais juntamente com os corpos disciplinados⁴ que ela representa e constitui. A mulher, no momento em que cede aos discursos maternalistas e atende às expectativas sociais, termina por legitimar a entidade *mãe*. A supervalorizada maternidade tem várias funções, uma delas é ser a criadora da identidade feminina, graças ao fato de que gerar, dar a luz é considerado primordialmente feminino. A socióloga israelense Orna Donath (2017)⁵, que discorda de tal discurso, escreve em seu livro *Mães arrependidas, uma outra visão da maternidade* que “a maternidade é uma relação humana como qualquer outra, não o reino mítico que vendem”, as mulheres foram levadas a acreditar que ser mãe é algo divino e essencial, quase uma redenção do feminino, culpado pelos pecados do *homem*. Há séculos a maternidade vem sendo romantizada e naturalizada, e esse “natural” aqui não se refere ao conceito da biologia, mas a naturalização do ideal de que a mulher nasceu para ser mãe, e que não atingir esse objetivo é estar incompleta individual e socialmente.

A capacidade de reproduzir, de gerar uma pessoa, é natural, é biológica, mas a forma como ela se enxerga sendo mulher apenas quando mãe, para assim ter uma imagem digna perante a sociedade, é mais um dos vários dispositivos de controle que existem sobre o corpo feminino, é outra face da maternidade, romantizada entre o *determinismo social* e o *imperativo biológico*⁶, como aponta Badinter (1985)⁷. Dois pólos opostos, que causam confusão: o determinismo social se trata de um senso comum no qual o indivíduo, nesse caso, a mulher está inserida, esse senso comum determina seu comportamento no meio social, podendo gerar imposições, preconceitos, estigmas e restrições de escolhas. É curioso se pensar que o

³ BAIA, Luara Paula Vieira. Maternidade tem cor? : vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. Maringá, UEM, 2020.

⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete; Petrópolis: Vozes, 1987.

⁵ DONATH, Orna. Mães arrependidas, uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁶ Conceitos do sociólogo Émile Durkheim.

⁷ BADINTER, Elisabeth. Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

comportamento e ações de grupos humanos – aqui em especial os femininos – sejam naturais, independentemente dos ciclos sociais e interações com indivíduos singulares, o que coloca a maternidade num lugar de naturalização, condição ao qual a mulher sempre estaria à mercê.

Badinter (1985) afirma ainda que são necessários apenas três discursos distintos para que as mulheres voltassem para os braços da maternidade. O quais são “um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres.” O primeiro, tido como um apelo econômico, tinha o papel de conscientizar a população sobre a sua importância para a sociedade, seus deveres e papéis a cumprirem, – especialmente as mulheres, no contexto da maternagem. O segundo, que seria o discurso filosófico, que traria para o debate as questões de igualdade e de felicidade individual, as mulheres que almejavam “igualdade” perante a sociedade deveriam estar aptas em serem boas mães e esposas, para que os homens pudessem comandar e gerir o lar de forma tranquila e eficiente, já que a “procura da felicidade familiar é um passo importante na evolução rumo à igualdade”. Ou como diz o ditado popular “por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”. E por último, mas não menos importante, o discurso para o público feminino, onde elas se tornam “privilegiadas” e responsáveis pelo bom funcionamento da sociedade, pois a Nação precisa dela para educar seus filhos, cuidar dos lares e acompanhar os homens. Por mais que se torne mais frequente o êxodo de mulheres para o mercado de trabalho no século XX, elas não deveriam esquecer de cumprir seus deveres como mãe, de acolherem de bom grado a “boa natureza” dos seus corpos

Aqui é possível observar a criação de uma subjetividade pela forma como o indivíduo mulher percebe seus deveres no mundo, regidos por valores patriarcais e capitalistas. Sua imagem, suas sensibilidades e seus afetos serão moldados através de como seu corpo se relaciona com o famigerado instinto materno. Por exemplo, uma mulher que cresce em um meio social, sendo condicionada a pensar a maternidade como único caminho viável para justificar a sua existência, em algum momento vai internalizar esse pensamento ao ponto de realizar o que ele almeja, e caso contrário, se a mulher o rejeita, ela passará a ser considerada menos mulher, um ser incompleto e triste. Enquanto o imperativo biológico trata de um conjunto de fatores genéticos, por exemplo, a capacidade reprodutora da mulher é só mais um produto da natureza biológica e escolher ou não esse caminho não a torna incompleta, pois diferente dos outros animais, a mulher exerce sua racionalidade, e deveria poder escolher entre ser mãe ou não.

No Brasil das primeiras décadas do século XX, impulsionadas pelos movimentos sanitaristas e feministas que percorriam o país, as discussões sobre maternidade feminina vão ganhando espaço de norte ao sul do Brasil. A instituição familiar brasileira vai sofrendo modificações e o feminino, o sujeito mais vulnerável dessa relação, começa a ver, mais uma vez, seu papel como mulher, esposa e mãe ser questionado e moldado. Na década de 1920 começamos a ver um grande apreço ao amor materno – não que já não existisse antes – mas a partir daquele momento, o binômio mulher-mãe aparece com mais ênfase. Com os movimentos sanitaristas batendo à porta, com os novos modelos de constituição familiar e de valorização do infantil, surge também a função da mãe terna e cuidadosa. A mulher foi reduzida à figura de mãe em uma época de grande influência do discurso médico, do poder médico e da modernização.

A condição materna, qualificada como inerente à natureza feminina, evocava o conceito de instinto materno; como sagrada missão, lembrava um dom divino; e como ação patriótica, incorporava os pressupostos da nacionalidade.”⁸ (FREIRE, 2009, pag. 98)

Maria Martha destaca a presença dos discursos maternalistas não apenas na mídia, no âmbito científico ou social, mas realça também a utilização da maternidade como um dispositivo patriótico. A mulher moderna começava a ser evocada para o papel não tão novo de mãe, mas dessa vez os cuidados com os filhos e o próprio amor materno começam a possuir um ar mais político. Era dever feminino parir e educar as futuras gerações, os filhos e filhas da nação, e para isso existem diversos manuais de como ser uma mulher e uma mãe perfeita, o que estariam diretamente ligados. E questões como: o que é ser mãe? começam a surgir. Assim, maternalismo, mascarado pela velha desculpa do instinto materno abre espaço para que outras áreas se apropriem do corpo feminino, fazendo que mulheres se sujeitem a espaços de autoridade masculina, onde são resumidas a suas carnes e sua utilidade.

Na década de 1920, emerge no Brasil uma grande preocupação com a mortalidade infantil, as epidemias de malária, lepra e entre outras, como também com a precariedade da saúde e em particular com a instabilidade do futuro nacional para o qual se vinha almejando

grandes mudanças, que eram esperadas graças ao movimento de modernização que estava ocorrendo no país. Esses problemas deixaram a elite brasileira em alerta, pois se considerava que eles eram inaceitáveis diante do progresso do Brasil. Esse momento crítico traz a ideologia

⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

da maternidade para o olho do furacão. Várias instituições sociais e culturais do país, como a imprensa, a medicina, a política e os discursos populares começam por tratar com exaltação o papel materno da mulher, que por sua vez é tratado como grande missão e uma glória incomparável.

Além de que, não era incomum também reportagens que batiam cada vez mais nas teclas do cuidado com a saúde da criança como também com a do corpo feminino, principalmente quando se tratava de combater males que caíam sobre o útero ou a mente feminina. Acabando por indiretamente relacionar muitas vezes condições como TPM ou “histeria feminina” à falta de filhos. A mulher que não exercia seu papel divino e social de mãe, sofria de inúmeros males. A medicina passa a contribuir também com a ideia da maternidade como algo essencial para o feminino – o que será analisado mais adiante, em outro capítulo –, onde a negação dessa “pulsão” acarretaria enfermidade para a mulher, já que a “*madre*”⁹ existia unicamente para isso.

Assim, a proposta da pesquisa é procurar examinar esse conceito que tanto influencia na construção do corpo feminino visto e dito como ideal. O estudo usa como recorte a região Nordeste – com ênfase no estado de Pernambuco – e os anos da década de 1920, período em que o Brasil passava por fortes mudanças políticas, sociais e culturais, como os movimentos sanitaristas que acabaram por trazer à tona a ideologia da maternidade ou da maternidade dita científica, que passou a ter grande destaque tanto nos discursos médicos como também em jornais e revistas da época, não podendo esquecer da emergência do movimento feminista e o seu papel na reformulação do conceito de mulher.

Dessa forma, o trabalho foi realizado através dos recortes históricos espaciais e de temporalidade, mais exatamente no Nordeste brasileiro ao longo da década de 1920, tendo o estado de Pernambuco como destaque nas fontes históricas utilizadas. Todos os objetivos pesquisados foram trabalhados com uma abordagem de pesquisa qualitativa e etnográfica com

análises documentais, teóricas e bibliográficas. As observações interpretativistas durante a consulta nas fontes documentais foram realizadas na plataforma da Hemeroteca Digital

⁹ termo utilizado entre os séculos XVI-XVII para se referir ao útero. “*madre*” é uma parte ordenada da natureza em mulheres, principalmente para receber o sêmen, e dele se engendra a criatura para conservação do gênero humano [...]“ (FERREIRA, 1735 *apud* PRIORE *et al.*, 2010)

Brasileira, no jornal *Diário de Pernambuco*, onde foi feito o levantamento das questões abordadas na presente pesquisa.

O trabalho também aconteceu por meio da análise teórica/bibliográficas de autores como ALBUQUERQUE JR, 2009, 2022; BUTLER, 2018; FREIRE, 2009; BADINTER, 1985; DEL PRIORE, 2019, 2009; SCHWARCZ, 2015; NATIONS, 2009; COLLINS, 2019; FOUCAULT, 1984, 1987, 2018; LE BRETON, 2016, 2019; COSTA, 1979 e entre outros como já abordados previamente no resumo da obra. Conceitos como gênero, corpo, mulher, maternidade, classe, raça e imagens de controle foram levantados através dos autores citados e inseridos nos objetivos da pesquisa, com o intuito de aprofundamento das discussões apresentadas.

Após o agrupamento das fontes, os objetivos foram separados e analisados de forma individual, para que fosse observado onde e quando cada conceito se interliga e se alinha nos recortes da pesquisa, não esquecendo das questões que o próprio período nos apresenta, como a valorização dos pensamentos médicos, o aumento dos discursos higienistas e a emergência do feminismo no Brasil.

De modo geral, este trabalho conta com três capítulos, onde são abordados diversos pontos e observações a respeito da temática e do que ela engloba. A primeira parte traz luz às discrepâncias existentes entre os Movimentos Feministas presentes na década de 1920, onde o movimento de viés mais moderno entra em choque com as feministas maternalistas quando o assunto sobre lugar e deveres femininos entra em debate. O Feminismo Moderno, acusado de masculinizar a essência feminina questiona a volta das mulheres para casa, que sob o discurso de salvadoras da pátria – através da maternidade – retornam aos seus lares, para exercerem o papel de mãe e de cuidadora do lar, o que seria seu dever primordial na construção da sociedade. Assim, o Feminismo Tradicional, munido por maternalistas entram na discussão, usando como resposta a naturalização da maternidade e relembrando, através dos jornais, a grande benção que é a maternagem e de como, apenas através dela, a mulher estaria plenamente completa. A segunda parte é centrada no endossamento dos discursos eugenistas, que encontram espaço para se espalhar no Movimento Higienista defendido por médicos e pelo Estado. Aqui, a mulher é apresentada pela primeira vez ao seu papel de regeneradora da pátria, responsável pela formação, educação e criação dos filhos, que viriam a ser o futuro do país, era seu dever orientar o “novo Brasil” pelo caminho da pureza e da superioridade. Assim, para exercer tal função tão importante, as mulheres deveriam ser educadas – de preferência em Escolas Domésticas – para desenvolverem um bom trabalho como mãe e esposa. Vale

ressaltar que esses movimentos e discursos abrem dão voz para o racismo e segregação dos grupos às margens da sociedade. E por fim, temos o terceiro e último capítulo, que observa através da maternidade científica, conceito forte no período, o papel que a medicina exercia sobre o controle da maternagem sobre as mulheres. Os médicos higienistas entram na empreitada por uma pátria pura como orientadores das mães, ensinando mulheres a serem “mulheres dignas”, instruindo nos métodos maternais, cuidados e criação. Onde, em consequência da responsabilidade – abordada no capítulo dois – que é colocada sob os ombros femininos, as mulheres passam por um processo de culpabilização. Os médicos, armados pelo discurso da maternidade científica atribuem a taxa alta de mortalidade infantil presente na região a possíveis negligências, descasos e despreparo por parte das mulheres, assim, uma interferência na instrução e educação das mulheres por parte dos médicos higienistas era necessária.

Desta maneira procurarei responder às seguintes questões: Qual o papel do feminismo e da relação entre ser mulher e ser mãe que aparece no debate nesse período? Como o corpo feminino foi condicionado e remodelado pelos discursos maternalistas – influenciados pelos movimentos sanitaristas – presentes na década de 1920, gerando assim uma nova identidade feminina no Nordeste brasileiro? E por último, qual é o lugar do discurso-científico, ou mais precisamente, do termo maternidade científica, nas práticas médicas associadas à maternidade, nesse momento e espaço?

02 – VENTRES REVOLUCIONÁRIOS NÃO GERAM

2.1 - FEMINISMOS, MÃES E DEVERES

O corpo feminino – carnal ou social – já passou e passa por diversos séculos de opressão, perseguição, como também foi subjugado aos homens e apagado da história. Essas hostilidades foram realizadas de diversas maneiras, das fogueiras ao domínio dos seus corpos, das proibições até a marginalização. O corpo feminino é demonizado e escandalizado desde os escritos bíblicos cristãos, religião essa que embasou moralmente o Ocidente, e exerce até os dias de hoje enorme influência. Temos como figura feminina mais conhecida Eva, mulher que induziu o homem e junto toda a humanidade ao pecado, e que por seu ato recebeu a seguinte punição: "Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor parirás teus filhos." E, ainda, citando a Bíblia, Gênesis nos mostra com antecedência os séculos de opressão, com legitimidade bíblica, contra o feminino "E a tua paixão será para o teu marido, e ele te dominará." (Gênesis 3:16). Essas palavras de certa forma moldaram uma sociedade patriarcal, fez a mulher tornar-se simbolo de pecado, irracionalidade, tentação e vulgaridade. Porém, posteriormente temos Maria, a Virgem, que ao dar à luz ao menino Jesus traz a redenção ao pecado inicial citado acima, mas a mulher ainda continua sendo vista como irracional e vulgar, mas agora ela passa a possuir um dom abençoado por Deus: a maternidade. Agora o ato de “parir” é no imaginário das sociedades cristãs algo divino, puro e o maior e mais belo dever do feminino. Dever que começa a ser debatido e contestado quando os movimentos feministas começam a ganhar forças.

No Brasil, dos séculos XIX-XX, o discurso higienista ganhava cada vez mais espaço entre a elite brasileira e através de diversas interpretações um novo ideal social foi surgindo. O Movimento Higienista e Sanitarista, se caracterizou pelo forte apreço pelos avanços na área da saúde, educação e na aplicação de novos hábitos morais. Um novo país, mais limpo, saudável e bonito se tornou uma meta a ser alcançada no Brasil, mesmo que para isso grupos à margem da sociedade fossem silenciados. Assim, pode-se dizer que o “movimento higienista” seria um aliado das elites econômicas em todas suas manifestações e faces. A reurbanização e derrubada dos cortiços cariocas no século XX são ótimos exemplos da nova cara que era esperada para o país.

Não podendo esquecer também do Movimento Eugênista, uma pseudociência que visava a melhoria da sociedade através do melhoramento genético da raça nacional, o termo foi criado no século XIX pelo matemático Francis Galton. Para se chegar a esse objetivo, acreditava-se que era necessário excluir e até impedir a reprodução de grupos indesejados

socialmente. A teoria caiu como uma luva, vestindo perfeitamente os pensamentos abertamente racistas da elite brasileira do século XX, influenciando também o movimento sanitarista da época. Com o apoio dos médicos, membros da classe alta e média, o eugenismo contribuiu com a ideia que o povo brasileiro deveria “embranquecer”, surgindo assim diversas políticas de exclusão social e até segregação racial como meio para evitar o crescimento desses grupos – negros, pobres, degenerados, viciados e entre outros.

Ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira procurava se adaptar aos novos discursos higienistas e eugênicos vindos da Europa – mais precisamente da França – as mulheres brasileiras, notadamente aquelas das classes médias, também começaram a conhecer as ideias do feminismo. A crescente expansão do pensamento feminista, como também de uma certa afirmação do feminino, durante o século XIX não só na Europa, mas também nos EUA e na América Latina, provocou um abalo nos alicerces das relações de gênero prevalentes no período. Durante anos a capacidade biológica de reproduzir ditou e guiou a divisão da humanidade, organizando os lugares de gênero: cabendo a mulher a reprodução da espécie como também o cuidado com as crianças, e ao homem o papel de gestão e domínio da casa e da sociedade. Stevens¹⁰ (2007, pag.19) afirma que por essa razão, os primeiros passos do Movimento Feminista ignoravam ou até culpavam o corpo da “mãe” pela condição de subordinação da mulher. Assim, quando se fala de maternidade, se toca em um território delicado, onde diversos saberes e pensamentos entram em conflito, não sendo diferente quando os feminismos começam por atuar nos debates sobre direitos e lugares femininos na sociedade. Stevens (2007)¹¹ também observa que “a noção de “maternidade” se enxerta sobre o materno com uma ampla significação que compõe a imagem, as funções, os deveres e ao mesmo tempo, os desejos e as pulsões e os sentimentos de uma “verdadeira mulher”.

O debate entre modernidade e tradição era colocado no centro dos holofotes, a mulher se encontrava então no meio de um paradoxo, de um lado existia a imagem da mulher maternal, dependente de e servente do homem e no outro extremo um corpo feminino mais

consciente dos seus direitos e valores – consequentemente um corpo visto e dito como “masculinizado” segundo os debates de época. Esse segundo corpo afastaria a mulher dos seus deveres e de sua missão na sociedade, a colocando em um lugar que até então era reservado

¹⁰ STEVENS, Cristina (org). *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

¹¹ STEVENS, Cristina (org). *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, pág. 228.

às carnes masculinas. Por muito tempo a mulher expressou sua existência, preferencialmente, através do dever de ser mãe. No discurso maternalista raça, classe, sexualidade e outros conceitos convergem e se encontram, apesar das suas singularidades. É notável que a problemática do corpo feminino, questão central para os discursos do movimento feminista, está intimamente e inevitavelmente ligada a imagem da mulher como a figura da “mãe”, figura essa que entra em confronto com os novos interesses que o feminismo radical representaria para as mulheres. Quando se fala de maternidade, se toca em um território delicado, onde diversos saberes e pensamentos entram em debate, não sendo diferente quando o feminismo começa por atuar nos debates sobre direitos e lugares femininos na sociedade.

No Brasil, pode se dizer que o movimento feminista começa dar seus primeiros passos, oficialmente, nas primeiras décadas do século XX, mesmo que ainda de forma embrionária se levamos em consideração a força que o movimento possuía em outros países. A imagem da mulher feminista vinda da Europa e das demais Américas assustava, elas eram vistas como sendo brutas, violentas e grossas. Assim, as brasileiras ainda se recusavam a se nomearem como feministas, sendo o uso de termos como “movimento feminino” mais bem aceito e menos revolucionário, como afirma Souza (2018).

Em meio a essas críticas, muitas dessas mulheres tentavam desvencilhar o feminismo dessas imagens, afirmando que o direito à educação, ao trabalho e ao voto não modificariam as relações sociais vigentes, e que apesar da maior participação das mulheres em espaços públicos, suas “atribuições naturais” como a maternidade, o cuidado com o lar, o casamento, permaneceriam iguais. (SOUZA, 2018, pag. 64)

Em meio aos discursos feministas mais “radicais”, a burguesia brasileira se deparava com discursos sobre a maternidade que caminhavam para ressignificar o sentido do binômio mulher-mãe, o que causava preocupações mesmo entre os intelectuais que buscavam a construção de uma nova ordem social, onde a figura da mãe exerceria um papel de importância para a formação de um novo Brasil. Um ventre revolucionário ia contra o esperado de uma digna mulher brasileira, que prezava pelo bem da sua nação.¹²

Uma mulher reivindicadora, independente e livre das amarras sociais – dos filhos, do lar, do casamento – representava um quadro preocupante para o Brasil dos anos 1920, que

¹² Valendo ressaltar que o corpo feminino aqui descrito como “digna mulher brasileira” se refere as mulheres da elite e classe média alta do país. Aquelas as margens da sociedade idealizada como o novo ideal para o Brasil não se encaixam nessa “nação”.

além de ser dirigido por homens também lidava com objetivos de limpeza racial e moral e de ordem política e social. Ramos (2002)¹³ afirma que esse abalo nos alicerces da divisão entre homem e mulher causa uma certa crise da identidade masculina, o que fez com que os olhos se voltassem para a maternidade feminina, transformando a capacidade reprodutora biológica da mulher em uma armadura, porém, essa armadura não possuía o caráter de proteção, mas sim de contenção. Sob a missão regeneradora da raça, a mulher se viu presa aos novos e antigos valores, que ornamentavam seu novo – ou não tão novo – corpo em forma de correntes.

FREIRE (2009)¹⁴ evidencia que;

Comportamentos considerados tradicionais, frequentemente desqualificados como signos da submissão feminina à tutela masculina, poderiam, em alguns casos, ser exaltados como “verdadeiros” e sadios, em contraposição à degradação de costumes teoricamente provocada pelo comportamento “escandaloso” e “desregrado” das mulheres identificadas como modernas. (FREIRE, 2009, pag.37)

A resposta à onda feminista revolucionária veio, e trouxe junto com ela o feminismo tradicional, que apesar de continuar a busca por direitos e novos espaços para as mulheres, afirmava que elas nunca deveriam esquecer seu real papel e lugar na sociedade: constituir um lar, parir filhos. O papel de mãe vinha antes de qualquer outro atributo recém adquirido. Para além das suas dores e necessidades, a mulher deveria continuar exercendo com louvor seu papel de mãe, já que um novo Brasil dependia da forma de como suas crianças seriam educadas e criadas. A maternidade não seria mais algo puramente feminino – talvez nunca

tenha sido –, ela possuiria agora o selo da pátria, como dispositivo de controle indispensável na “nova e melhorada” nação. Nação, termo que ganha conotação materna, tendo ela também o dever de manter seus filhos saudáveis e de educá-los para trilharem caminhos prósperos. E quem melhor para entender uma mãe do que outra?

E, ao delegar a responsabilidade feminina a importante tarefa de formação do caráter das futuras gerações, tal discurso reforçava a autoridade das mulheres como mães,

¹³ RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencour. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10 n. 2, p.11-35. 2002.

¹⁴ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

contribuindo para fortalecer a concepção da maternidade como função social, e indo ao encontro das demandas dos movimentos feministas maternalistas. (FREIRE, 2009, pág. 183) O lado conservador do movimento feminista começa a ser evidenciado não só nos discursos, mas também nos jornais de todo o país, não sendo diferente no Nordeste, influenciado por um dado feminismo europeu, especialmente francês, que após a I Guerra Mundial começa a desenvolver políticas e medidas de proteção à maternidade, como forma de preservação da família. Esse movimento causa nos jornais um despertar para a questão da maternidade e acarreta um consenso em defesa e valorização do ser mãe. Ocorreu um aumento considerável do número de periódicos, que traziam a maternidade como tema, agindo como guias, ou uma espécie de roteiros, que buscavam instruir e encaminhar a mulher para o que seria um novo modelo de maternagem.

A imagem do amor materno, apesar dos novos e antigos desafios que as mulheres do país enfrentavam, notadamente as nordestinas, que além do sofrimento decorrente das secas e do descaso do governo com a região ainda precisavam incorporar o espírito materno, continuava sendo apresentado como forte, belo e de certa forma cruel. Como podemos observar nos trechos de um conto que tem como título “Mãe!” encontrado na edição 00071 de 1920¹⁵, do *Diário de Pernambuco*, onde nos deparamos com uma mãe cigana, que carrega sua pequena cria sedenta nos braços, mas que apesar das dores e da miséria que leva em suas costas ainda mantém o amor no olhar ao mirar seu filho.

“A mulher era jovem e seria formosa a julgar pelos seus olhos negros e brilhantes, os seus lábios roseos, a sua dentadura alva, sem falhas e pela harmonia do seu corpo, se a miséria, ao se apoderar della, não a houvesse deformado e envelhecido, enrugado-a prematuramente, enfraquecendo as suas carnes e enchendo de fios cor de neve a sua cabelleira outrora enegrecida e ondulosa. Assim mesmo era bella, porque ainda conservava as

suas pupilas expressivas e negras, cravadas com tocante expressão de amor, no rosto moreno do seu filho.”

Em outros trechos do mesmo conto, é possível analisar também a simbologia do sacrifício, ao qual a mulher se submete em nome do seu filho evidenciando como o instinto materno seria primordial e natural para a mulher. Mesmo não se tratando do estereótipo da “digna mulher brasileira” defendido pelos movimentos higienistas, em conjunto com a medicina, ainda é possível ler nas entrelinhas o forte apelo para a relação mãe/filho e todo o

¹⁵ DICENTA, Joaquim. Mãe!. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de mar. De 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=628> Acesso em 25 de agos. de 2022.

sacrifício envolvido, ao nos depararmos com uma mãe que enfrenta um cão raivoso em frente a um poço – o prêmio da luta – para que fosse possível saciar a sede do pequeno que carregava em seus braços. Ignorando suas próprias feridas, medo, dores, fome e sede, a brava genitora consegue por fim estrangular a fera que ousou ficar entre uma mãe e a salvação do seu filho, como é observado em outra parte do conto, narrada abaixo:

“O menino enfermo, levantando-se com esforço sobre a alforja que lhe servia de leito, estendeu os seus braços em direcção à jovem e disse-lhe com voz debil:

– Mãe! Tenho sede...

A cigana não tardou em atender seu chamado.

[...]

Era o seu filho, a carne de sua carne, o que reclamava um lenitivo, de que talvez denedesse a sua existencia e ella, sua mãe, não podia socorre-lo. Perscrutar o caminho solitário, os campos de trigo, as planícies e os montes ao longe, o horizonte inteiro. Não encontrou nada.

Repentinamente a cigana sorriu, com um sorriso de esperança: a quatro passos desprava-se a casinhola de um trabalhador do campo. [...] Aos fundos deparou, com prazer e assombro, protegido pela sombra da habitação, um poço cheio de agua. A surpresa e o jubilo cegaram-na a tal extremo, que não viu um cachorro enorme com pello eriçado, a boca aberta e os olhos brilhantes.

[...]

Este deu um salto, caindo com as patas deanteiras sobre a jovem, jogando-a no solo, mordendo-a em um dos hombros. A minena teve uma exclamação de dor e de furia. Sem acobardar-se, nervosa, desesperada, segurando com ambas as mãos a garganta do inimigo, apertou-a com raiva, com ira, fora de si, em heroico e brutal esforço, enquanto o molosso dilacerava as suas carnes com as afiadas presas. A luta prosseguiu durante breves instantes, disputa silenciosa e terrível. Finalmente a fera deixou ouvir um gemido doloroso, abriu a bocca e cahiu de costas. Os dedos da cigana o haviam estrangulado. [...] Porém a cigana não fez disso caso. Afastou com o pé o inimigo, correu ao poço, objeto de luta. Encheu soffregamente a vasilha e foi pressurosa ao encontro do seu filho e sem cuidar sequer de suas feridas, nem do sangue que corria pelos seus hombros, iluminada pelos raios do sol, poz o cantarinho nos labios do enfermo, lhe disse a sorrir carinhosamente:

— Aqui tens agua! bebe, meu filho!

Segundo esse discurso, a mãe é por natureza uma guerreira em defesa de sua prole, pronta para sacrificar suas carnes em frente a presas selvagens e a enfrentar os desafios das secas nordestinas, a imagem de “mãe guerreira e devota” se torna um exemplo a ser seguido

e glorificado, pois evidencia a força do amor da mãe e seu instinto materno.. Collins¹⁶ que traz em seus escritos, diversas representações de imagens de controle¹⁷, imagens que amordaçam e subjagam as mulheres, em diferentes espaços, nos apresenta esse personagem de “mãe guerreira” através da mulher negra – outra, que além das nordestinas também não se encaixam completamente na figura de “mulher ideal” construída no período – a instituição da maternidade negra carrega como elogio a definição de “mãe super forte”¹⁸, simbolizando a força e a resiliência das mulheres negras em um meio onde frequentemente eram inferiorizadas. Essa figura materna e guerreira era frequentemente alimentada, como forma de legitimar e justificar os sacrifícios que a maternidade exigiria da mulher e a desconstrução desse saber não foi bem recebida em uma época em que o determinismo de gênero andava abalado.

Para driblar a recusa e os questionamentos que surgiam com o Feminismo Radical, uma resposta a altura foi necessária, mesmo que para isso a mulher abrisse mão de sua recém adquirida independência, já que as circunstâncias no momento eram conflituosas. Como já apontado, uma das principais falas do Feminismo Tradicional era privilegiar as funções da

mulher como mãe e esposa, dois agentes extremamente necessários para o novo Brasil que vinha sendo idealizado. A tentativa de se pensar para além da dualidade mãe/mulher rendeu uma problemática para a qual a sociedade brasileira do período não possuía espaço e nem tempo.

¹⁶ COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo; Boitempo, 2019.

¹⁷ Imagem de controle é um conceito do Feminismo Negro utilizado por Patricia Hill Collins em seu livro Pensamento Feminista Negro. Patricia, define as imagens de controle como representações específicas de gênero para pessoas negras, onde são manipuladas e moldadas através de diferentes sistemas de poder como raça, classe, gênero e sexualidade. São imagens historicamente construídas como uma forma de controle dos corpos – aqui femininos. Imagens de controle não são fixas, elas se reorganizam e se formam através de discursos racistas e sexistas, minando os espaços das mulheres negras na sociedade. Diferentes de simples estereótipos, as imagens de controle ditam as normas e escrevem os roteiros sociais aos quais a sociedade vai utilizar para enxergar e tratar mulheres negras, definem onde, quem e como devem agir.

¹⁸ Conceito apresentado por Patricia Hill Collins em seu livro Pensamentos Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento (2019).

03 - UM NOVO CORPO: MÃE, PÁTRIA E HIGIENE

3.1- A PÁTRIA É MÃE E MULHER

Desde a antiguidade, as mulheres tiveram seu lugar definido na sociedade através da sua capacidade de reprodução. A religião – no ocidente em especial o cristianismo – sempre teve um papel decisivo na construção dessas prisões sociais impostas às carnes femininas, e quando aliada com discursos políticos, sua capacidade de controle duplica. Existe um provérbio árabe que nos remete a essa problemática que envolve maternidade e religião, que diz: Deus não pode estar em todas as partes, por isso, criou às mães. A própria palavra mãe é carregada de diversos sentidos, na literatura e na música é quase sempre descrita de forma saudosa e sensível, pois o que seria da sociedade sem sua querida mãe, sempre tão altruísta e devota?

Como um belo exemplo de devoção à maternidade temos a Virgem Maria, citada no capítulo anterior, que através da Igreja Católica se constituiu em um modelo de mãe/mulher praticamente inalcançável. Século após século as mulheres se reformularam para atingi-lo. Essa tradição contribuiu para a concretização dos discursos que ocorriam no país, durante a década de 20. Como já apontado anteriormente, o Feminismo Tradicional junto com outros discursos, moldam e ditam os novos – ou não tão novos – lugares que as mulheres brasileiras deveriam ocupar. Elas foram colocadas diante do papel de salvadoras e educadoras das gerações futuras, que formariam o Brasil dos sonhos do século XX. A mãe era essencial para o crescimento da nação, mãe esta que deveria colocar seu ventre à disposição de um bem maior. Ainda na Colônia já era possível observar essa função imposta às carnes femininas, como Del Priore aponta:

Esta divisão de encargos no seio da vida doméstica e privada delimitava também os papéis sociais de gênero, e os moralistas do período são os primeiros a pleitear uma função para a mulher no interior da vida privada. Ela deveria fazer o trabalho de base de todo o edifício familiar: cabe-lhe-ia educar cristãmente a prole, ensinar-lhe as primeiras letras e as primeiras atividades, cuidar de seu sustento e saúde física e espiritual, obedecer e ajudar ao marido... Enfim, ela seria responsabilizada pelo sucesso ou fracasso do processo civilizatório e da aplicação das normas tridentinas a sociedade familiar. (DEL PRIORE, 2009; pg. 35)

A mídia teve um papel importante na aceitação e crescimento dos discursos maternalistas do período. No Nordeste não foi diferente, jornais como o *Diário de Pernambuco* tiveram um papel importantíssimo na cristalização do conceito de que a pátria é mulher e mãe, como me refiro no título desse capítulo, e a distância de deveres tão solenes e divinos manchariam a

imagem da mulher nordestina e brasileira, e não só daquela que frequenta os grandes salões da elite, mas também da que vivia às margens da sociedade, que tinha um papel para cumprir também, mesmo não sendo o de modelo feminino almejado pela sociedade brasileira do século XX. Em um recorte de uma reportagem com o título *A Vida do Lar*, da edição 00251¹⁹ do *Diário de Pernambuco*, no ano de 1922, pode-se observar as falas tendenciosas, repletas de termos que personificam a figura de mãe terna e cuidadosa, sempre pronta para se sacrificar. A coluna mostra fortes influências não só do Feminismo Tradicional, mas também do cristianismo, e do Movimento Higienista, onde o “saneamento do lar” como também a manutenção da boa moral social, e a pureza do povo eram responsabilidades da mulher, como mostra o recorte abaixo, retirado da edição mencionada acima.

“Sem sacrificar os seus deveres domésticos uma senhora tem obrigações impostas pela sua posição social. A exceção, porém, não deve converter-se em regra: a dona de cada não tem o direito de sacrificar o bem-estar de sua família as condennáveis exigências do “exibicionismo”, ao louco desejo de aparecer seja como for. Dentro da sua casa, ella pode obter os mais invejáveis triumphos, tornar-se o centro da vida familiar, dominar pelas irradiações de uma alma serenamente pura.

Nobre e elevadíssima é a missão da mãe de família: é principalmente devido aos seus esforços que o lar domestico se torna a sementeira bendita de fortes caracteres, que mais tarde hão de assegurar o futuro da Patria.

As mãos femininas, aparentemente tão fracas, quiz Deus confiar os destinos das nacionalidades: da mulher exclusivamente da mulher, depende a vitalidade dos povos. Quando ella comprehende a sua sacrosanta missão, quando sabe representar o seu papel de Anjo do Lar as sociedades se distinguem pela sua pureza dos costumes.

[...]

Do saneamento do lar, depende o fortalecimento do character nacional tão combatido ultimamente por elementos dissolventes, que, se não forem combatidos enquanto é tempo ainda, tornarão inevitavel a ruina da

sociedade. Nenhuma cruzada mais nobre poderia abraçar os corações femininos, sempre tão entusiastas e propensos ao sacrificio.”

Como já dito anteriormente, o Feminismo Tradicional teve forte influência na propagação dos pensamentos higienistas do período. Deixar os cômodos do lar, que outrora

¹⁹ CASTRO, Viveiros. A vida do Lar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de mar. De 1920. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=7558> Acesso em 12 de out de 2022.

foram os únicos espaços onde cabia a figura feminina, era impensável, imoral e promíscuo. Uma mulher que escolhia abrir mão do dom da maternidade como também do cuidado que o seio do seu lar oferece, deveria estar ciente dos sacrifícios que seriam necessários. Em troca da sua liberdade ela entregaria todo o seu valor, já que não era mais peça importante na construção de uma nova sociedade.

Mas não se pode deixar de fora o lugar da religião – aqui a cristã – na construção do imaginário a respeito das funções que uma mulher deveria exercer, onde a maternidade estaria em primeiro lugar e logo em seguida a sua devoção para com o lar. Os discursos políticos da década de 20 só adicionaram mais uma função para as mães, a de educadora (mãe) da pátria. Assim, um discurso que soa como um manual voltado para as mulheres vai abrindo espaço para os pensamentos higienistas, que usa da ideologia maternalista para lembrar do papel da mulher na reconstrução da pátria, seus deveres e lugares.

A ideologia maternalista carrega em seu ventre fortes mordanças, e dita, através de manuais de controle, qual caminho ideal uma mulher deve seguir. Por várias razões, não importando quais sejam, a mulher foi concebida e (re)montada para se encaixar nos desejos do patriarcalismo, que recebe apoio da religião e da política. Na década de 20, a situação era particularmente difícil ou no mínimo problemática, os países ainda se encontravam em convulsão após a Primeira Guerra Mundial e as perdas que ela acarretou. Países como a França e a Inglaterra começaram por “estimular” a reprodução, desenvolvendo medidas de proteção e de incentivo à maternidade, trazendo a figura “mãe” como a função social precípua das mulheres, promovendo os “valores femininos” voltados para o cuidado do lar e dos filhos.

Porém, no Brasil as preocupações não se concentravam nos números de vidas perdidas durante o conflito mundial ou com o despovoamento do país. As questões expostas nos periódicos sobre o lugar da mulher não só nos grandes centros urbanos, mas também nos sertões, mostravam que o momento pedia uma nova reestruturação da “família”, ou não tão nova assim, quando levado em conta que o próprio feminino é uma criação social com suas atribuições já definidas. Esses novos ideais familiares caminhavam lado a lado com o Movimento Higienista e Sanitarista, onde a percepção da precariedade da saúde da população como também sua imagem, preocupava as autoridades políticas do país. STEPAN (2004), afirma que o Brasil foi o primeiro país latino-americano a mostrar, discutir e apresentar um modelo de eugenia organizado que, embora sendo influenciado pelo da Europa, lembrava que a sociedade brasileira enfrentava especificidades únicas quando colocada em contraste com os países europeus, como o fator de miscigenação do povo, que era vista como um dos pontos

principais da degeneração da raça. Esse pensamento encontraria reforço e base na ideologia de que uma purificação da raça era necessária. A precariedade da condição sanitária do país terminava por impulsionar mais ainda a legitimação dos discursos higienistas-eugenistas.

Assim, a imprensa usava dos seus meios para instaurar mais ainda a ideologia maternalista, usando de um tom dramático para falar do papel maternal que a mulher possui e sua responsabilidade para com a pátria e com o crescimento da mesma. Na edição 00300 ²⁰do ano de 1922 do *Diário de Pernambuco*, um texto com o título *Pela Educação da Mulher Brasileira* chama atenção, ele descreve como até mesmo nos sertões mais distantes a educação da mulher brasileira é importante, já que práticas modernas²¹ – essas que masculinizariam a mulher – desvirtuariam cada vez mais a grande missão do ser feminino: ser mãe, recatada, fina e do lar.

O texto também ressalta que é dever do Estado guiar a educação da mulher, “porfiando em despertar n’ella o sublime sentimento da maternidade, mesmo porque, sem a coadjuvação honesta da mulher-mãe, como sendo a máxima educadora de seus filhos, pouco realce terá o Brasil ao lado dos países moralisadamente civilizados.” A maternidade serviria como norte para diversas publicações, onde a imagem da mãe é idealizada e engrandecida, como é o caso do recorte, que descreve como a mulher brasileira deve ser educada, por quem e culpa a xenomania – ou melhor dito, a chegada do Feminismo Radical no Brasil – pelo desafeto que a moral e os bons costumes vinham sofrendo, como vemos em mais trechos abaixo:

“A educação da mulher brasileira é um dos grandes e capitaes problemas dos muitos de que acontece depender a nossa grandeza futura.

A fora as causas de ordem biologica e sem as argumentar com as de caracter educacional, a influencia estrangeira tem arruinado tanto e tão lamentavelmente a nossa sociedade feminina, que chegamos mesmo a desanimar quando pensamos na reforma absoluta que tem de sofrer os costumes da mulher.

²⁰ NEMESIO, Antonio . *Pela Educação da Mulher Brasileira*. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 de dezembro de 1922. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=7996>
Acesso em 17 de out de 2022.

²¹ Referência aqui ao Feminismo Radical, que era visto como uma forma de masculinização da mulher, retirando seus encantos morais e femininos, como também responsável pelo “afastamento” da mulher do seio do lar e da maternidade.

A xenomania é hoje quase que um mal nacional, para o nosso constrangimento.

[...]

A mulher-educadora, também esta reservada a precípua tarefa, grandiosa com todas as velas do seu coração e todo vigor do seu espirito para dar a Patria modelares esposas representantes da honra da familia.

O ideal da educadora deve se preparar esposas delicadas e firmes que conheçam a vida e se devotem a melhora-la. Fornecer ao Brasil verdadeiras donas de casas, vigilantes e honestas mães de familia [...] oferecer a Patria dignos filhos d'ella, e cidadãos aptos, a honra-a e a enaltecer-a – é obra da mulher brasileira que, si houver quem lhe de uma educação domestica na altura d'um principio, prompta ficará de certo, para levar a cabo tão nobilissimo desiderato.”

A frase “Proteger a maternidade é proteger a infância, que representa os valores futuros da economia, do trabalho e da raça”²², quando lida de forma não analítica, pode parecer até mesmo inocente, dependendo dos olhos de quem a lê. Mas após a análise das fontes, de artigos publicados no *Diário de Pernambuco*, as imagens de controle presentes no discurso maternalista ficaram, para mim, cada vez mais evidentes, como Albuquerque Junior (2020)²³ aponta, ser mãe seria a afirmação máxima da feminilidade.

No momento histórico em que a construção da nacionalidade adquiriu papel central, e a função maternal consolidava-se como preocupação de ordem pública, a valorização da maternidade – ressignificada como a valorização da própria nação brasileira – adquiriu maior força argumentativa e forneceu renovada justificativa tanto para o discurso médico quanto para o feminista. Ao tornar as mulheres, na qualidade de mães, responsáveis pela formação

dos futuros cidadãos brasileiros, tal concepção de maternidade lhe agregaria o status de função social. (FREIRE, 2009, pag. 245)

A mulher, como já foi observado, não pode negar seu instinto materno, que a acompanha desde o início dos tempos. Mesmo sob a influência de práticas “modernistas” ela deveria continuar firme no seu papel, pois era dela que dependeria o crescimento do país.

²² O Trabalho das Mulheres. *Diário de Pernambuco*, ed. 146, 27 de jun. 1925.

²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. D. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História, [S. l.]*, v. 17, n. 29, p. 260–281, 2020. DOI: 10.18817/ot.yv17i29.776. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/776. Acesso em: 21 out. 2022

Esses pensamentos se sobressaem na classe alta da sociedade, que enxerga a população pobre como agente principal da transmissão de doenças e da falta de higiene. Elas portariam características físicas indesejadas como cor de pele, cabelo – detalhes esses pertencentes a população negra –, deficiências físicas e mentais, como também tendência para alcoolismo e crimes. Eram colocadas na conta da população que vivia à margem da sociedade, as condições inaceitáveis para o ideal de evolução que se esperava do Brasil. Assim, os movimentos Eugênista e Sanitarista foram usados como dispositivos de controle, com a desculpa da preocupação com o futuro do país, onde racismo e ódio aos pobres andava lado a lado. A mulher, amordaçada em seu lugar de fragilidade política, foi envolvida nesse embate.

Assim, não seria incomum discursos que “incentivam” a constituição de famílias menores entre as classes mais pobres, facilitando assim a manutenção da educação e da higiene nas áreas menos abastadas – espaços comuns no Nordeste. Assim, em um momento da história onde a pureza da raça era de extrema importância, a teoria do Birth Control ou Maternidade Voluntária, que ganhava espaço nos EUA, caiu como uma luva na sociedade brasileira. Atualmente, o Movimento de Maternidade Voluntária trás pautas como livre arbítrio sobre a escolha de ser mãe, estudos sobre métodos contraceptivos, como também as relações existentes no interior do binômio mãe-mulher, porém, na década de 20 pode-se dizer que estava mais para uma forma de controle da natalidade das classes mais pobres, incentivando as famílias mais pobres a “optar” por ter menos filhos, o que seria aconselhado e incentivado pelo Estado e pela elite nordestina.

Na edição de 00076 de 1921, do *Diário de Pernambuco*,²⁴ Gilberto Freyre publica um artigo a respeito do debate em torno desse pensamento que vinha ganhando força no Brasil.

Nele, Gilberto cita inúmeros estudiosos – de diversas áreas – que debatem sobre o assunto, como Margaret Sanger, mulher, antifeminista, enfermeira, sexóloga e escritora, que escreve com paixão e não de forma calma e pacífica, o que tira o teor científico que deveria ter uma discussão a respeito do tema – palavras de Gilberto Freyre, talvez influenciadas pela ideia de que a mulher era um ser movido por sentimentos e não pela razão. Margaret apresenta argumentos favoráveis à essa teoria, ressaltando que a dificuldade em entender o pensamento se dá pelo medo que a sociedade possui quando se fala em mudanças, levando o Movimento

²⁴ FREYRE, Gilberto .Da outra América. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 de março de 1921. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=3434> Acesso em 21 de out de 2022.

de Controle de Natalidade ao mesmo patamar de avanços médicos como transfusão de sangue e a descoberta dos germes, como é observado no trecho: “em defesa da theoria assim atacada, recorda quanto tem sido difficil deslocar as resistencias da othodoxia contra outras innovações temerarias, que todavia tem feito um grande bem ao mundo: a ideia de circulação do sangue de Hurley, e de que doenças são causadas por germe.”

Porém, um número grande de filhos significava mais mão de obra, o que é de grande importância no trabalho no campo, e não pode ser deixado de lado a simbologia que o movimento representava para as práticas conservadoras do país, que via uma família pequena como uma forma de abrir mais espaço para o luxo de uma vida fútil e fácil, o que rebaixaria a moralidade da sociedade, o que levaria a população ao fracasso do ócio. Freyre ressalta o argumento como algo que “degrada as relações conjugais que enfraquece nos paes a capacidade de sacrificio e de “self-control”, que aumenta o amor ao luxo e a vida facil, rebaixa a moralidade publica, que causa o declinio da população.”

Mas, apesar das ressalvas dos grupos conservadores a respeito do tema, o lado científico-médico – influenciado pela política de embranquecimento e pureza da raça – continuava ressaltando a importância e os benefícios que o Birth Control poderia oferecer, como por exemplo, auxiliar na manutenção e construção de um Brasil mais puro e limpo racialmente, não esquecendo também da melhoria na economia.

Como é possível observar nos trechos:

“Ensinar a paes syphiliticos ou afligidos de outras doenças transmissiveis a prole “os meios de eviatr concepção durante as phases agudas da doença”, seria limitar consideravelmente no mundo o numero de crianças cegas e com outros infortunios. O mesmo se aplica aos casos de paes imbecis, epilepticos e inclinados ao alcoolismo.”

“Sob o systema de familias limitadas as oppotunidades para o melhoramento da raça, sua classificação de elementos morbidos, tarados e anormaes etc... são muito mais faceis e mais largos largos que sob o systema de familias numerosas [...] Demais, a pratica de limitar a familia a numero razoavel, quer dizer, entre as classes pobres, menor dificuldade para educar os filhos, e mater hygiene na habitação.”

A prática de limitar as famílias numerosas – adotada em outros países, como é ressaltado no artigo – aparentava ter mais vantagens do que desvantagens, o que endossava a prioridade dada pelo Estado a redução da natalidade entre a população mais pobre, que fora significada como grande influenciadora e causadora da desmoralização social, econômica e

biológica do país. Assim, ainda no artigo, Freyre destaca que “ não vejo como atacar a theoria da maternidade voluntária sob o ponto de vista de suas consequencias biologico-economicosociaes.”, dando ênfase as verdadeiras preocupações da sociedade elitista e embranquecida da década de 20.

3.2 - CADERNOS, PANEAS E FRALDAS

Ao mesmo tempo que se discutia sobre os benefícios e malefícios do controle de natalidade para as classes mais pobres, também se acende uma luz sobre a educação da mulher, aquela da elite nordestina. Era de concordância comum que a maternidade, como também a forma que as mulheres se comportavam socialmente representava papéis importantes na construção e melhora da sociedade brasileira, assim, a educação das mesmas era debate importante nos círculos sociais e políticos do país. Freire (2009)²⁵ aponta, que no Rio Grande do Norte, a Associação Eleitoral Feminina, afiliada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino²⁶ fundada em 1922, declarava que sua primeira finalidade seria promover a educação da mulher, para elevar o nível de instrução feminina.

A criação de escolas domésticas era debatida também nos espaços religiosos. A Igreja Católica – importante instituição na construção de costumes e ideais – inspirada pela causa e

modelo europeu, entra em defesa da boa instrução feminina. A Europa, que enfrentava problemas em relação ao baixo número populacional, após a Primeira Guerra Mundial, investia força e tempo considerável na preparação e educação das futuras mães, que viriam a gerirem as famílias e as crianças, essas que carregariam o futuro da nação no seu engatinhar atrapalhado.

Na Europa, a preocupação demográfica possivelmente tenha representado um dos elementos que contribuíram para o investimento na preparação adequada das futuras mães. Imbuída dessa determinação, a Associação de Mulheres Médicas de Paris criou, em 1925, um Comitê de Educação Feminina, que em colaboração com várias organizações femininas organizava conferências destinadas a ajudar as jovens a conservarem-se puras e sadias e a prepará-las para o seu futuro papel de esposa e mãe[...]

²⁵ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pag. 115.

²⁶ “Tendo como principal articuladora Berta Lutz, a FBPF definia em seus estatutos suas principais reivindicações: além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino.” Fonte <<https://atlas.fgv.br/verbetes/federacao-brasileira-pelo-progressofeminino>> Acesso em 26 de out. de 2022.

Como, em virtude da própria ignorância do assunto, as mães foram consideradas incapazes de prever esse tipo de instrução, para ajudá-las nessa tarefa educativa foram editados manuais como a “A escola das mães”. (FREIRE, 2009, pág. 115)

O pressuposto de que mulheres fossem educadas para manterem a boa moral e os bons costumes, sedimentou o consenso conservador sobre o lugar social da mulher e levantou uma barreira contra o feminismo radical que vinha ameaçando a família tradicional brasileira.

“Neste século de emancipação da mulher, de iconoclasmo e da grande falta de senso que por aqui corre, a Escola doméstica é um anteparo ao feminismo, porque educa a mulher para a sua verdadeira missão social, que é a de mãe de família.”²⁷

Assim, na década de 20, houve um grande aumento de surgimento das escolas domésticas, onde mulheres da classe alta e média eram educadas, não apenas para o trabalho na indústria e no comércio – o que acompanhava o avanço da urbanização nas grandes cidades do Nordeste – mas também para o lar e para a função de mãe, que seria a tarefa por excelência da sua existência. Cada vez mais artigos relacionados a essas escolas apareciam, defendendo a instituição, como meio de realização social e prestígio das mulheres, doutrinando-as para a importância da mãe na formação moral do país, o que lhe conferiria dignidade além do sentido de utilidade. A educação feminina agiria de modo a responder a modernidade e tudo aquilo que ela representava para o corpo feminino; a modernidade em si simbolizaria o

distanciamento da mulher do seio familiar e materno, uma crise moral que ganhava cada vez mais espaço nos círculos conservadores.

Além de instadas a modular seu comportamento, as mulheres foram convocadas a assumir papel ativo na vida social do país, defendendo a moral e a tradição de seu gênero e recuperando os valores e os bons costumes. Atrelando a presumida “crise” moral à ideia de modernidade, a educação das mulheres foi então valorizada como estratégia para que aprendessem a lidar com as prerrogativas cantadas pela recém-descoberta liberdade e as tentações implícitas nos novos comportamentos impostos pela modernização da sociedade.²⁸

²⁷ A Escola Doméstica de Natal. **Diário de Pernambuco**. ed. 63, 21 de set, 1927

²⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pag. 118 - 119.

Os discursos em revistas e jornais que defendiam as escolas domésticas asseguravam que as mulheres precisavam ser educadas e orientadas, para que assim não faltassem no seu dever mais precioso, o de ser mãe. Esse dispositivo de controle, mascarado social e politicamente como educação, contribuiu na fundamentação da existência de um pretense instinto materno e na manutenção do mesmo como mecanismo de controle dos corpos femininos e das funções que os mesmos exerceram na sociedade nordestina na década de 1920.

Na edição 00063, do ano de 1927, do *Diário de Pernambuco*²⁹, a Escola Doméstica de Natal é citada. Fundada em 1914, a instituição contava com um vasto leque educacional voltado para formação moral, física, social, estética e higiênica das mulheres. Um digno exemplo do bom funcionamento desse modelo de instituição por seu ótimo desempenho em formar excelentes donas de casa e mães, a escola recebeu inúmeros destaques em revistas femininas e em periódicos que abordavam a temática no período, descrita no artigo mencionado acima:

“e aqui que se levanta, preparando o coração da mãe de família, tornando-a apta para formar o caracter do homem do amanhã, uma nova aurora para os destinos futuros da raça, cada vez mais orgulhosa das suas conquistas e dos seus feitos brilhantes, na afirmação do valor da nacionalidade.”

Evidenciando em seus métodos, orientações e objetivos a serem alcançados durante os 5 anos de aprendizado oferecidos, que toda mulher possui o famigerado instinto materno, porém, para que seja aproveitado e bem exercido, seria necessário que a mesma buscasse conhecimento para cuidar bem dos seus filhos e do seu lar:

“A alunna, durante esse tempo, aprende linguas, algumas ciências indispensaveis a instrução trivial, um pouco de anatomia e physiologia, de pedagogia, de medicina pratica, mas durante todos cinco annos aperfeiçoase em cosinha e em costura. Ao mesmo tempo em que a filha-familia começa por illustrar o seu espirito com conhecimentos indispensaveis obtidos teoricamente em qualquer escola superior, vae aperfeiçoando-se praticamente para um dia ser dona de casa. Assim, desde o dia em que entra até aquelle em que sae, tem aula de cosinha theorica e praticamente, estuda jardinagem e criação. com campos apropriados para experiencias. Como a missão natural da mulher é a da maternidade, a alunna estuda no quinto anno

²⁹ MELO, Mario. A Escola Doméstica de Natal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de março de 1927..

Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=20012>
acesso em 26 de out de 2022.

puericultura. [...] A quinta annista do curso doméstico, sob as visitas do medico da Escola, “banca” a mãe. Dão-lhe uma creança recém-nascida e ensinam-lhe todos os conselhos indispensaveis a sua missão. A alunna toma a creança, alimenta-a, dispensa-lhe todos os cuidados, dorme ao seu lado, em fim habilita-se a crear o verdadeiro filho com todos os preceitos de hygiene, quando um dia for mãe.”

Mas, de forma geral, a criação e educação das futuras gerações poderia ser chamada de trabalho em equipe entre as Escolas Domésticas e as mães. Responsáveis pelo lar e pelo cuidado dos filhos também exercia um papel importante na criação das meninas – futuras esposas e mães – onde caberia educar e orientar as pequenas para ser tornarem boas mulheres, instruindo a rejeitarem qualquer promiscuidade que vinha atrelada a modernidade, que viria assolando a boa moral do país, em consequência do cosmopolitismo. Em uma coluna que discutia sobre os deveres e importância de uma Escola Doméstica, o *Diário de Pernambuco*³⁰ em 21 de setembro de 1927 apontava que:

“Só a educação doméstica aprimora os caracteres e prepara-os para o futuro realizador, só a mãe e mais tarde a mestra, saberão modelar esses caracteres como o artista modela a argila em que palpitará para a eternidade a essência divina do genio! O mundo será salvo pela infância que será a humildade de amanhã! (PRADO, 1927, pág.01)

A discussão continuava endossando o preparo da mulher para o cuidado do lar, que deveria ser visto como um papel de honra, valorizado e mantido, já que o futuro da nação dependeria das próximas gerações, então “só no conveniente preparo da mulher para o ambiente familiar e social está assegurada a integridade da nossa formação psycho-physcha, a orientação hyenica dos nossos habitos e a situação estavel das nossas relações interindividuaes”³¹. Freire (2009)³² aponta que a formação feminina devia seguir um parâmetro que pudesse alimentar o ideal de instinto materno, mas sem deixar de lado o papel da ciência no processo, que a cada vez mais se encontrava presente nos círculos que debatiam o lugar feminino na sociedade;

³⁰ PRADO, Rachel. Escolas Domésticas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de setembro de 1927.. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=21505> Acesso em 26 de set. de 2022.

³¹ Escolas Domésticas. *Diário de Pernambuco*. ed. 218, 21 de set, 1927.

³² FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pag. 124.

Os parâmetros que deveriam orientar a formação escolar das mulheres seriam então aqueles que, atendendo às expectativas de seu papel maternal, cumprissem também as exigências de uma base racional, pelo exercício de uma maternidade fundamental não apenas no instinto, mas na ciência, com a aplicação dos conhecimentos da higiene no cuidado com os filhos. O fato é que as revistas femininas, consensualmente, recomendam e aplaudiam as iniciativas de inclusão da puericultura nos cursos domésticos e profissionalizantes, reforçando a ideia de que as mulheres precisavam ser educadas para exercer sua função de mães, a qual representava o seu "verdadeiro papel" na sociedade, e a "nobre missão" conferida por Deus, para cujo desempenho precisava ser preparada pela ciência. (FREIRE, 2009. pág.124)

A instituição de controle intitulada "mãe", além de se tratar de um símbolo de poder também vivenciaria suas experiências através do "outro", normalmente os filhos, que se encaixam nesse simbolismo de cuidado e experiência, porém, com os debates em torno da pureza da raça e da injeção de sangue branco e de elite na população, esse "outro" abre espaço para o Estado. As mulheres passam por viverem a experiência da maternidade através dos parâmetros de pátria e de nação, onde seu bom funcionamento é posto em primeiro lugar. O Feminismo Tradicional tem um grande papel nessa mudança de cenário quando o assunto é a função da maternidade, onde outrora justificada por linhas religiosas, na década de 20 passa a ter espaço nas discussões sobre o futuro do Brasil. Políticas como o Birth Control e a

implantação das Escolas Domésticas ressaltam essa nova modalidade da maternidade, a de salvadora da pátria.

Assim, o apelo em relação às escolas era forte, já que a possibilidade de uma raça pura e melhorada estava unicamente em mãos femininas, que eram transformadas em máquinas de procriação e de cuidados com o lar. Apesar da sociedade continuar extremamente patriarcal, o que reforça o sentimento de subjugação do corpo feminino e o pensamento de que exercer a maternidade seria a única função das mulheres. Em outros trechos do mesmo artigo é possível, mais uma vez, observar o endossamento da utilidade das Escolas Domésticas e o seu papel na formação de mulheres dignas, onde:

"Faz-se imprescindível para a boa constituição física e mental dos indivíduos, dos novos e das nações, que saibam os verdadeiros valores dos recessos das famílias, dos núcleos originários das raças."

“Só a educação domestica aprimora os caracteres e prepara-os para o futuro realizador. Só a mãe e mais tarde a mestra, saberão modelar esses caracteres como o artista modela a argila em que palpitará para a eternidade a essencia divina do genio! [...] Para a vida prática das “Escolas Domesticas” são de uma extraordinaria necessidade, pois educa-se a mulher para tudo menos para dona de casa e mãe.”

“Todos estes conhecimentos na vida pratica serão de um valor inestimavel para a mulher que, vigilante como o verdadeiro genio do lar, atenderá a todas as necessidades dos seus ou mesmo dos vizinhos com uma solicitude e bondade admiraveis que á farão necessaria a familia e a Humanidade.”

É impossível falar de políticas de embranquecimento e pureza de raça sem reforçar as influências internacionais que o Brasil sofria. FREIRE (2009)³³ ressalta que os anos da década de 1920 foram marcados por avanços científicos. Conhecida como a “época de ouro” da intelectualidade, já que os defensores higienistas – médicos e pensadores – estavam profundamente engajados nos debates sociais do período, terminou por transformar as “questões raciais” um tema constantemente discutido. A década de 20 foi divisora de águas quanto aos debates que envolviam questões de classe, raça e gênero, apesar do “retrocesso” que algumas áreas discutidas sofreram, como é o exemplo da invenção de uma pretensa pulsão pela maternidade ter se tornado mais presente no período, fazendo as mulheres recém saídas

de casa, retornarem, para exercerem o papel de mãe agora a serviço da pátria. Enfatizando a virtude da mãe e da esposa, conferindo-lhe especificidades, afirmando constantemente o dever da mulher e a importância da infância, a maternidade foi assim se tornando como também tomando para si o ideal de regeneradora da raça, (re)florescendo no campo da eugenia e do controle dos corpos femininos.

Os debates sobre a pureza da raça iam além das Escolas Domésticas, que educavam as mulheres nordestinas, envolvendo tanto a medicina quanto a política. O Brasil se espelhava no modelo de sociedades europeias, como a Itália, sob o controle dos fascistas. Em um momento que o sentimento de nacionalismo e patriotismo exacerbado vinham nascendo no Brasil, ideologias com viés fascistas caíram como uma luva, se encaixando nas entrelinhas racistas e patriarcais que a sociedade vinha escrevendo, não importando que para isso parte da população fosse vista e descrita como indesejável e doente. Um problema a ser resolvido, onde

³³ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pag. 183.

a solução nascia do ventre das mulheres cisgênero, branca e de classe alta e média, e se desenvolvia nas suas mãos delicadas, capazes e bem instruídas.

“Sejam fortes para serem puros, sejam puros para serem fortes” era a mensagem presente na edição 289 de 15 de dezembro de 1926 do *Diário de Pernambuco* ³⁴, enviada pelo consulado fascista italiano. A mensagem reforçava a importância de manter a raça pura, já que era através da “pureza, juventude, da sanidade das mães” que morava o segredo para se ter uma nação forte e soberana. O artigo ressalta também a importância da adoção de práticas e projetos que protegessem a “sacra infância e a sagrada maternidade” providenciando assistência e saúde, “afim de garantir a formação e bem estar physicho e moral da raça”.

Foi, portanto, o medo de uma população indigente, e que nem de longe se aproximava das exigências de um ideal de “gente civilizada”, que se justificou a montagem de um conjunto de prescrições e proscricções, por meio do qual procurava conter a devastação causada por infecções e contágios e tentava, com afinco, garantir as distâncias entre os espaços públicos e privados, bem como, sobretudo, a distância entre os corpos, entre os socialmente desiguais. (MALUF, ROMERO. 2002. PÁG. 222)³⁵

Para manter a raça pura, um distanciamento dos grupos considerados indigentes era necessário, para que posteriormente fossem adotadas medidas de contenção desses flagelados. O Birth Control servia como controle, para que os socialmente excluídos não se multiplicassem. As Escolas Domésticas ensinariam como ser uma boa mulher, esposa e acima de tudo mãe, assim como a própria medicina – tópico seguinte – que também atuou como dispositivo de controle do corpo feminino naquele período.

³⁴ A Acção do governo fascista na tutela phisica e moral da raça. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de dezembro de 1926. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=19305>

Acesso em: 29 de out. de 2022.

³⁵ MALUF, Marina. ROMERO, Mariza. A Sublime Virtude de ser Mãe. **Projeto História: corpo e cultura**, São Paulo, V. 25, p. 221-239, jul./dez. 2002. Disponível em

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10589>>. Acesso em: 29 out. 2022.

04 - MATERNIDADE CIENTÍFICA: A (RE)CONSTRUÇÃO DA MATERNAGEM 4.1

O AVANÇO DOS BISTURIS

Ao longo da história, a maternidade representou inúmeros mistérios e questões. As carnes das mulheres deram espaço a diversas representações de mitos, tabus e terrores e transformou o feminino em algo estranho na visão da religião e até da ciência, quando analisada nos períodos anteriores ao século XX. “A mulher parecia-se com a ponta de um continente submerso do qual nada se sabia” (DEL PRIORE, 2009)³⁶. A Igreja teve um importante papel na disseminação dessa persona ao qual o feminino era atrelado e amarrado, uma persona infernal, responsável pelos males da sociedade, já que o corpo da mulher era unicamente constituído por desejos, vícios, pecados e promiscuidade, o próprio “diabo doméstico”, como Del Priore (2009) aponta:

Juíza da sexualidade masculina, a mulher era ainda estigmatizada com a pecha da insaciabilidade. Seu sexo assemelhava-se a uma voragem, um redemoinho a sugar desejos e fraquezas masculinas. Unindo, portanto, o horrendo e o fascinante, a atitude ameaçadora da mulher obrigava o homem a adestrar-la. Seria impossível conviver impunemente com tanto perigo, com tal demônio em forma de gente. [...] Textos bíblicos e jurídicos davam caução a menoridade da mulher, e a igreja valia-se da eloquência dos sermões – meios eficazes de cristianização – para difundir a ideia da mulhersereia, da mulher-diaba, da mulher perigosa. A piedade mariológica, que tivera penetrante alcance na vida colonial, colabora para esvaziar ainda mais qualquer conteúdo de sedução que se quisesse enxergar nas mulheres. O modelo de feminilidade que vicejava era ditado pela devoção a Nossa Senhora e correspondia a comportamentos ascéticos, castos, pudibundos e severos. (DEL PRIORE, 2009, pág. 33)

Como observado, no período colonial, o interesse pelo corpo da mulher já era algo discutido, além da Igreja, os médicos coloniais também se voltavam para as problemáticas e questões que o corpo feminino envolvia. Apesar da ciência do Brasil Colônia estar fortemente ligada ao imaginário, os anos que antecederam o século XX foram marcados pela corrida em busca do entendimento dos deveres e papéis que a mulher exerceria na sociedade, assim como os mesmos funcionariam – mesmo se tratando de uma corrida patriarcal, sem levar muito em consideração os anseios e pensamentos das próprias mulheres. Vale lembrar que o manto que a Nossa Senhora vestia não era apenas o de pureza e castidade, mas também o da maternidade,

³⁶ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colonial. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pág. 33.

o grande dever sagrado e a redenção do feminino, que apesar de ser considerada, pela Igreja, uma área intocável graças à simbologia sagrada que a maternidade carregava, a ciência volta seus olhos para ela. De um lugar secundário a mulher passa a ter protagonismo nas relações que envolvem a reprodução.

O esforço da medicina em mapear a “madre” e em fazer falar o corpo feminino era denotativo do mistério que simbolizava a mulher. Ao incentivar os ‘doutores’ a inquirirem sua sexualidade, a mulher, ao mesmo tempo em que se deixava apreender, vingava-se exibindo a força e o milagre que constituíam a procriação. [...] As semideusas da fecundidade precisavam ser normatizadas, e para tanto era necessário ir além de um mapeamento anatômico ou patológico dos seus corpos. [...] Para os praticantes da ciência médica, a definição de uma natureza feminina tinha uma função normativa tanto no plano da patologia clínica quanto moral. Sob tal perspectiva, a “madre” assumiu um papel de extrema importância para a definição dessa natureza, bem como tornou-se instrumento de normatização da mulher. (DEL PRIORE, 2009. pag. 176)

A “madre” – como era descrito o útero – se torna o ponto forte na busca do controle sobre os corpos femininos. A normatização das mulheres era vista como necessária. A maternidade além de representar a esperança da nação, que ainda na Colônia já apresentava sua forma embrionária, vindo a nascer com força total durante os primeiros anos do século XX, em especial, na década de 1920, também simbolizava um meio de controle, onde na ausência do sistema escravista passa por determinar o lugar da mulher na sociedade e as suas funções.

Enquanto, durante o século XIX, a ciência buscava uma forma de normatizar o corpo feminino, o tirando do seu lugar de sagrado e misterioso, construído durante ao longo da história pela Igreja Católica, no século XX seu objetivo era o de reforçar a importância da maternidade como também das práticas que eram essenciais para o bom funcionamento dessa instituição. Assim, embebidos pelas informações e ideais distribuídos pelo eugenismo, médicos do Brasil inteiro se movimentaram em torno da tese de que as crianças eram o futuro da pátria. Assim era seu dever educar e instruir as mulheres no seu papel de educadora moral e social, já que ter o futuro do país em mãos era algo muito grande e importante para se deixar unicamente a cargo das mães. Enquanto as Escolas Domésticas formavam as mulheres dignas, educando-as para ser uma boa esposa e ter bons modos, os médicos higienistas eram colocados no papel de gestores da formação de uma boa mãe. Como FREIRE (2009) destaca;

Dessa forma, conformando um grupo que se apresentava como autoridade na promoção e manutenção da saúde das crianças, iriam se dedicar a uma campanha sistemática em prol do exercício de uma maternidade de base

científica, orientada pelos princípios médicos da puericultura. Em sintonia com a mentalidade da sociedade urbana da época, que atribui exclusivamente a mulher a responsabilidade pela saúde dos seus filhos, e contando com o endosso de feministas maternalista na valorização da função maternal, esses higienistas tomaram a si o encargo da formação do que imaginavam ser uma boa mãe de família. (FREIRE, 2009. pág.126)

A medicina que preenche um lugar de destaque nos pensamentos higienistas e eugenistas, passa a construir discursos que subjugam as mulheres a uma posição adestrada em nome da maternidade. De acordo com Foucault (1984)³⁷, “a medicina é uma estratégia biopolítica”, assim, é preciso preparar e criar o corpo sobre o qual a medicina vai agir, uma vez que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. Assim, os médicos, armados de preceitos científicos, adotaram a posição de detentores de um saber único – ignorando costumes e saberes populares –. Esse pensamento fortificou os discursos de construção de uma população pura, higienizada, livre das “sequelas”³⁸ de uma sociedade não modernizada. O projeto de limpeza social ou desinfecção da sociedade tornava os médicos – homens da ciência – em guerreiros, prontos para combaterem a barbárie. Um discurso que alimentava o isolamento, controle e até erradicação dos grupos considerados sugadores da sociedade, já que limpeza era naquele momento, uma distinção de moralidade.

Se existia um consenso entre os intelectuais da medicina durante os anos 1920 era que cabia, unicamente às mães, desenharem o caráter dos filhos, educando-os moralmente, com senso forte de patriotismo, espírito cristão e afetivamente voltado a contribuir para o bem da sociedade. Esse dever feminino seria instruído pelos médicos, que possuíam a missão de educar as mulheres para serem mulheres. Apesar do movimento ter mais força nas regiões mais ao sul do país, no Nordeste tal empreitada foi também levada a frente por seu corpo médico. Região que sofria não só economicamente, mas também que vinha enfrentando

problemas com as secas, com a saúde precária em consequência do descaso político com a região e com as epidemias que assolavam os sertões, situações essas que se agravavam com o número alto de mortalidade infantil.

³⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, pag. 80.

³⁸ O termo “sequelas” se dá por meio de interpretação única, após a análise das visões expressadas sobre aqueles que se desviam dos caminhos que a elite brasileira buscava, essas sequelas são negros, deficientes físicos e mentais, doentes, alcolotras, prostitutas e qualquer outro grupo que vivesse a margem da sociedade.

Esse avanço dos discursos médicos em relação à maternidade fazem com que a mídia também se mobilize, agora, além do apoio às Escolas Domésticas, artigos sobre saúde feminina, cuidados e valorização da criança e orientações sobre maternagem passam a ser frequentes. O papel dos jornais e revistas era compartilhar e incentivar a confiança em relação à maternidade, como também propagandear o que seriam seus inúmeros prazeres, que só uma mulher completa saberia usufruir. Em Pernambuco, durante a década de 20 é observado um forte aumento nas discussões ao redor da construção da Maternidade de Recife – citada em diversas edições do *Diário de Pernambuco* –, instituição muitas vezes lembrada por sua necessidade, através do endossamento da importância da preservação da infância e das mães. Cuidados médicos, que invisibilizam os saberes populares ganham espaços na medicalização dos corpos femininos, que ganha frente nos anúncios de jornais. O útero ganha lugar de destaque nos debates, como o grande causador das moléstias das mulheres quando não cuidado, tratado como o “coração” ou o centro, o órgão era tratado como o responsável pelo bom funcionamento do corpo e da mente feminina, já que “quando elle está Doente todos os outros órgãos sentem também”³⁹, assim foi sendo atribuído a diversos males que poderiam acometer as mulheres que não entendiam a necessidade da medicalização dos seus corpos, como fraquezas, calores corporais, irritação, tristeza, palpitação no coração, azia, desmaios, sufocação, dores de cabeça e outros inúmeros sintomas, todos causados pelas “Moléstias do Utero”.

Assim, o cuidado com o órgão em questão virou manchete nos jornais, com divulgação de tônicos, remédios e avisos a respeito dos perigos que rodam uma mulher com o útero “inflamado”, como é mostrado nos recortes abaixo:

“A prova de que tudo vem do Utero Doente é que com a cura deste Orgão todos os outros Males desaparecem e a Mulher sente-se outra, como que ressuscitada, alegre com a Vida e com o Mundo que lhe parecia durante a Molestia um Verdadeiro Inferno! Cure-se! Cure-se! Use Regulador Gesteira! O unico remedio que cura o Catarro do Utero, as Inflammções do

Utero, a Fraqueza do Utero, a Anemia, a Palidez e a Amarelidão das Moças, os Tumores do Utero, as Hemorragias do Utero, as Dores e Colicas do Utero, as Dores dos Ovarios, as Menstruações Exageradas e muito fortes ou muito demoradas, as Dores da Menstruação, a Falta de Menstruação, a Hysteria e os Ataques nervosos a Queda ou Descida do Utero, os Abortos e as

³⁹ Que Inferno! Utero Doente. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 de maio de 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=5> Acessado em: 03 de nov. de 2022.

Hemorroidas das Senhoras.”⁴⁰

FIGURA 01

⁴⁰ Que Inferno! Utero Doente. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 de maio de 1920.

**CUIDAE DA SAUDE DE
VOSSAS FILHAS E DA
VOSSA MULHER !!!!!**



UTERAN

ULTIMA
DESCOBERIA
SCIENTIFICA

UTERAN INTERNO *cura as flores
brancas das senhoritas*

UTERAN INTERNO E EXTERNO
*curam as Metrites, Flores brancas,
tudo e qualquer corrimento antigo
ou recente e as hemorragias uterinas.*

MAIS DE 500 CURAS EM 3 MEZES

Asseguro ser surpreendente, nos casos indicados, o effeito do "Uteran" preparado do sr. Pharmaceutico Cicero Diniz. Dando o testemunho dos reaes beneficios que tenho constatao em doentes de minha clinica, saliento tambem a sua açõo reconstituinte sobre a economia.

Dr. Selva Junior Parteiro da Maternidade
Fabricante e Depositario: **Cicero D. Diniz**
Pharmacia Confiança — Cabugá, 16.

Fonte: Diário de Pernambuco⁴¹

⁴¹ Uteran. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 de maio de 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=1071 Acesso em: 03 de Nov. de 2022.

Os recortes acima são uns entre os muitos exemplos do interesse dos médicos com a saúde e com as especificidades do corpo feminino, ao longo da década de 1920. Os médicos buscavam por meio dos discursos de medicalização, incentivar e “proteger” as mulheres, no que seria a sua função primordial, a maternidade, já que eram vistas como incapazes de exercerem uma maternagem medicalizada, limpa e higiênica.

Além daquelas funções impostas pela medicina higiênica, o discurso médico se abaterá sobre o corpo feminino com o intuito de discipliná-lo, para isso, irá desqualificar as mulheres como sujeitos, o que significou descartar o saber que elas detinham sobre seu corpo. Na natureza feminina, encontrarse-iam as razões que explicam toda sorte de fraquezas, incapacidades e degenerações, de tal forma que ,devido a essa inclinação, era imperativo negar a mulher um estatuto autônomo. (MALUF e ROMERO. 2002. PÁG. 233)

Maluf e Romero continuam a observação com:

Continuamente ressacralizada, a maternidade, entre as mulheres, transcende a natureza e a biologia para ganhar uma aura gratificante. Mulher, esposa e mãe tornaram-se identidades sobrepostas no discurso médico, e, para que esta representação se tornasse eficaz para o conjunto da sociedade, a imagem da mulher negligente e descuidada foi construída no verso da mãe e esposa ideais.

Não era incomum também ver artigos onde medicina e religião se mesclavam, em uma tentativa de unificar os valores voltados para a importância da maternidade, a tratando não só como instinto natural feminino, mas também como junção do corpo carnal e divino, já que “um dos sentimentos mais elevados e incoercíveis da nossa espécie é o da maternidade”, como é mencionado no artigo da edição 264 de 08 de outubro de 1921 do *Diário de Pernambuco*⁴². Um discurso evocando os dois lados da mesma moeda, o divino com a menção a alma e o médico com a descrição de que o amor materno se originaria em uma glândula, o que transporta a maternidade para o debate de unificação entre o espírito e da carne, ressaltando como essa função é unicamente instintiva do feminino. No artigo é descrito uma espécie de experimento realizada com ratos, onde supostamente glândulas que carregam instintos femininos – em destaque o materno – são injetadas em ratos masculinos, que por consequência perderiam suas características masculinas, se tornando mais frágeis fisicamente, com seus

⁴² O amor materno provém de uma glandula.. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de out de 1921. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=4909> Acesso em: 03 de nov. de 2022

instintos sofrendo as principais mudanças, já que o rato masculino passa por adquirir a “psychologia da fêmea”, principalmente o tão famigerado instinto materno, que é considerado algo existente apenas nos corpos e mentes femininas. O artigo ainda abre espaços para questionamentos curiosos a respeito dos possíveis resultados que seriam adquiridos caso o experimento fosse realizado em humanos, como pode ser observado na continuação de um trecho do artigo já citado::

“Um dos sentimentos mais elevados e incoercíveis da nossa espécie é o da maternidade: a grandeza, a poesia, os heroísmos, de que elle se honra, demonstram sempre a vitória do espirito sobre a materia. Eis porem que o prof. Steinach se lembrou de enxertar certas glandulas femininas em uns ratinhos. Desapparecem os caracteres do macho, o tecido cutaneo torna-se feminino, o esqueleto faz se mais mole transformam-se, sobretudo, os instinetos. O rato masculino adquire a “psychologia” da fêmea, especialmente a da maternidade, embora não lhe seja naturalmente possível exercer a função da maternidade. Demonstra grande carinho pelos filhos de outros ratos, dedicando-se a elles com extrema actividade e devoção. Se uma experiencia deste genero fosse feita no corpo humano o resultado seria igual? E o que resta saber.”

4.2 MATERNIDADE NEGLIGENTE: FRALDAS CHEIAS DE CULPA

Durante o avanço dos discursos médicos em relação à maternidade – ou à maternidade científica –, além da preocupação com os corpos das mulheres, temos também médicos higienistas e eugenistas focados no cuidado das crianças e na formação das mesmas. Médicos esses que procuravam ensinar e instruir como as mulheres deveriam tratar seu grande dever de mãe, já que a educação, saúde e bem estar dos pequenos eram responsabilidades femininas, observação já evocada em outras partes do trabalho. De forma geral, o cuidado com o lar e com os filhos foram dispositivos de controle feminino frequentemente edificados durante os anos 20.

Os conselhos sobre higiene e cuidados eram ministrados pelos médicos, já que a década de 1920 foi marcada pelo crescente medo em relação a germes e doenças, em consequência das epidemias que assolavam a região Nordeste. FREIRE (2009), destaca que “a crença do médico na possibilidade de transformação de caracteres inatos do temperamento infantil através da ação do meio e da educação encontraria no arsenal científico-ideológico da eugenia sua justificativa teórica e o instrumental prático de intervenção”. Assim, os médicos

higienistas se inserem cada vez mais nos debates sobre maternidade, fazendo com que a prática se tornasse cada vez mais científica. Os médicos orientavam sobre a decoração dos quartos dos bebês, a temperatura ambiental a que os pequenos poderiam ser expostos, quanto tempo as mães poderiam permanecer na presença dos filhos, já que não era recomendável que os pequenos ficassem dependentes do colo da mãe ⁴³, quantas vezes deveriam ser amamentados durante o dia e quantos meses deveria durar o período de amamentação – detalhes extremamente elitistas, já que na maioria das vezes os cômodos descritos com janelas amplas, bem arejados, o uso de termômetros e de empregadas eram cenas comuns nas casas de classe alta e falhas nos grupos socialmente reprovados pelo movimento eugenista e higienista. Detalhes esses que poderiam categorizar e diferenciar uma mulher entre “ser mãe” ou “ser boa mãe”, como Freire (2009) destaca:

Tais exigências, ao mesmo tempo que conferiam conotação mais racional e elaborada à prática da maternidade e promoviam sua valorização, implicam extremo grau de dedicação das mulheres, contribuindo para gerar confusão entre “ser mãe” e “ser boa mãe”. Cabe observar que, pelo fato de nem todas as mulheres contarem com o auxílio de empregadas ou de aparatos tecnológicos, a complexidade e o nível de comprometimento de tempo exigido pela atividade maternal segundo os moldes propostos. (FREIRE, 2009, pag. 151)

Os médicos conseguiram inserir no imaginário social que as mulheres eram responsáveis pela saúde da família, discurso que atribui uma culpabilização feminina muito forte, realçada e reforçada nos jornais, com títulos de artigos tendenciosos. As mulheres tinham em mãos uma problemática que poderia decidir sua utilidade na sociedade, já que a mortalidade infantil – alta no período – poderia ser categorizada como culpa de mulheres despreparadas para cumprirem sua função social. Artigos com trechos facciosos destacavam possíveis negligências por parte das mães, como é o exemplo do recorte abaixo retirado de

⁴³ Os médicos higienistas defendiam a ideia de que o temperamento feminino e até a formação da criança seria afetada se a mãe cuidasse dela sozinha, já que poderia crescer “molenga e mimada”, assim, era necessário o uso de uma cuidadora para auxiliar e evitar que a mãe excedesse o tempo recomendado de aproximação diária com o bebê. FREYRE (2009)

um artigo⁴⁴ que ressalta não só a perda econômica que a mortalidade infantil representava para a pátria, mas também as possíveis falta de proteção por parte das mães.

“Si compulsarmos, por exemplo, a estatística vemos que no quinquenio de 1911 a 1915 morre no Recife 11.794 crianças de 0 a 5 annos e nasceram mortos cerca de 3.200, ou sejam quasi 15 mil vidas malbaratadas, perto de três mil annualmente.

Admitindo o calculo do sr. Afranio Peixoto quando avaliou a vida de um brasileiro em 9:600\$ temos um prejuizo de 144 mil contos, o que representa já uma sangria consideravel no nosso organismo economico.

Se buscarmos, agora, saber as causas dessas catastrophe que não chega para commover a nossa indiferença, o nosso pouco caso, o nosso criminoso alheamento, vamos encontrar na falta de protecção das mães das creanças, durante o periodo de gestação, não lhes prodigalizando certas condições indispensaveis a manuteção de sua saude e no desvirtuamento dos principios essenciais da puericultura.”

Esse modelo de artigo tendencioso se repete ao longo dos anos, atribuindo a responsabilidade da mortalidade infantil a possíveis despreparos femininos, como é o caso artigo publicado na edição 82 de 10 de abril de 1926 do *Diário de Pernambuco*⁴⁵, que tinha o título apelativo de “Nao Deixeis Morrer as Criancinhas!”. Ele apresenta inúmeros argumentos que apontam para possíveis motivos de negligência, despreparo e descaso das mães, o que consequentemente causaria o grande aumento de mortalidade infantil em Pernambuco, chegando a sugerir castigos penais, “assim todas as mulheres na maternidade procurariam saber como devem crear os seus filhos.” Em outros trechos do mesmo artigo é possível analisar mais detalhadamente o escancaramento da culpabilização feminina a respeito da taxa de mortalidade infantil no estado:

“Se estudarmos as causas das mortes veremos que na sua maioria, ellas são, com segurança evitaveis, o que quer dizer que a maioria das crianças que morrem deve mais a sua morte a inexperiencia de as trata do que a fatalidade das doencas. [...] Há mães que amamentam irregularmente, regem-se pelo choro das crianças e o matam; outras ainda mais cegas, dão alimentos improprios aos primeiros mezes, como angu, feijão, leite de vacca puro, etc. Muitas vezes, porque se estão ocupando com outras cousas,

⁴⁴ A. Fernandes. De uns e de outros. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de abril de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=3568> Acesso em: 05 de nov. de 2022.

⁴⁵ Nao Deixeis Morrer as Criancinhas!. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 de abril de 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=maternidade&pagfis=17388> Acesso em: 06 de nov. de 2022.

deixam as crianças no chão em contacto com todas as impurezas que o solo tem ou que os sapatos trazem da rua, e as infecções mais graves e mortaes se manifestam. Morrem assim as crianças por ignorancia ou descaso.”

FREIRE (2009)⁴⁶, destaca que ao tomar a natureza infantil e a saúde da criança como sendo “o principal objetivo das mães, como auxiliares dos médicos na missão da regeneração da raça deveria ser a busca de um equilíbrio das paixões”, os afetos femininos e maternos deveriam ser controlados, fiscalizados e “higienizados”. As mulheres deveriam, por obrigação, terem conhecimento de práticas cotidianas presentes no cuidado dos filhos, desde a gestação até a idade avançada, onde estariam livres dos males que assolavam as crianças⁴⁷, dando à mãe o papel não só de cuidadora, mas de responsável por qualquer fatalidade que viesse a ocorrer.

MALUF e ROMERO (2002) afirmam que, “a finalidade era que não apenas os médicos, mas a sociedade de um modo geral passasse a considerar inaceitáveis as taxas de mortalidade infantil.” Assim, uma boa criação dos filhos era ditada pelos médicos, e as mães deveriam seguir as “normas”, já que as mulheres eram vistas como incapazes de exercerem uma maternidade científica, medicalizada e higiênica. O luto materno, a pobreza – núcleo da dor daquelas incapazes de serem consideradas “boas mães” e as mortes infantis se tornam objeto de estudos e debates para a medicina, enquanto que para as mulheres, representam correntes pesadas pela culpa.

Esses estigmas crescem de tamanho e duplicam o peso da cruz quando colocada nas costas das mulheres dos sertões. Além de serem excluídas do imaginário brasileiro que o Movimento Eugenista vinha construindo, elas terminam por servirem de “exemplos” de péssimas mães, um título um tanto cruel, quando analisado o papel e peso que a maternidade tinha sobre a vida dessas mulheres.

As mães nordestinas pertencentes a grupos que vivem à margem da sociedade, tidas anteriormente como guerreiras, passam a receber o título de negligentes. A pesquisadora e

⁴⁶ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pag. 185.

⁴⁷ Os males infantis se resumiam em desnutrição, disenteria e em outras doenças e condições que assolavam o Nordeste brasileiro durante os anos da década de 20.

professora da Universidade da Califórnia, Nancy Scheper-Hughes (1984-1985)⁴⁸ elabora, nos seus estudos sobre a mortalidade infantil no Ceará, no século XX, a teoria da negligência materna seletiva, pensamento cruel que descreve as perdas infantis como “mortes sem choro”. A teoria defende que nas regiões mais pobres a mortalidade infantil é vista com conformismo, o que aumenta o sentimento de culpabilização que cerca as mulheres nordestinas pobres, que não podem seguir as instruções de uma maternidade científica, altamente elitista.

Nancy Scheper-Hughes assume uma abordagem diferente, afirmando que o constante estado de escassez e privação no qual vivem as mulheres pobres tem um efeito pernicioso sobre sua capacidade de cuidar. Essas mães, afirma ela, esperam que alguns de seus filhos morram, e se comportam de forma passiva para controlar qual de seus filhos sobreviverá. A sobrevivência é vista como um bem limitado e, em resposta, assim é o amor da mãe. Assim, as mães do nordeste brasileiro valorizam os bebês ativos e animados porque consideram que estes têm maior probabilidade de sobreviver do que os quietos, apáticos, e relutam em cuidar daqueles percebidos como fracos [...] A autora também afirma que as mães brasileiras pobres desenvolveram uma categoria específica de doença denominada pelo “eufemismo” doença de criança para denotar a desnutrição e a diarreia combinadas com a negligência seletiva. A desvinculação materna, evidenciada pelo afeto descomovido das mães, por sua recusa a chorar as mortes, por sua demora em dar nome e em batizar os bebês, e por sua ausência nos funerais, é um “patógeno infantil” (1985: 292) tão perigoso quanto qualquer micróbio. (SCHEPER-HUGHES, 1984 - 1985 apud NATIONS, 2009, pag.35)⁴⁹

O Movimento Eugenista se embebe desse sentimento, alimentando a defesa da segregação de grupos pobres, e, com a contribuição dos médicos higienistas, o pensamento de falha feminina é reforçado. A mulher precisar ceder sua autoridade no âmbito da maternagem para ouvirem os médicos, que muitas vezes discursavam sobre realidades distantes dos sertões brasileiros. Assim, de modo geral, a atribuição da culpa pela mortalidade infantil às mulheres era de certa forma confortável para as elites nordestinas, que não precisavam lidar com a dor de cabeça de encontrarem soluções que cabiam por responsabilidade ao Estado, já que as mulheres podiam ser responsabilizadas.

⁴⁸ SCHEPER-HUGHES, N. Infant mortality and infant care: cultural and economic constraints on nurturing in Northeast Brazil. *Social Science & Medicine*, 19(5), 1984.

SCHEPER-HUGHES, N. Culture, scarcity, and maternal thinking: maternal detachment and infant survival in a Brazilian shantytown. *Ethos*, 13(4), 1985.

⁴⁹ NATIONS, Marilyn. *Corte a Mortalha: o cálculo humano da morte infantil no Ceará*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos arquivos analisados, os achados apontam que a influência dos pensamentos higienistas, do feminismo e dos demais discursos presentes na conjuntura dos anos vinte, do século passado, no Nordeste brasileiro, tiveram um grande impacto na reconstrução relação entre ser mulher e ser mãe. Freire (2009), em seu livro “Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil”, destaca o peso que aquele momento da história brasileira teve na veiculação dos discursos maternalistas, que diretamente ditavam as normas necessárias para se tornar uma “mulher ideal”. Seus estudos – centralizados mais na região sudeste do país, mais precisamente no estado do Rio de Janeiro - tiveram como fonte duas revistas da década de 20, *Vida Doméstica* e a *Revista Feminina*, que quando comparadas com os achados feitos por mim no *Diário de Pernambuco*, foi possível observar diversas similaridades, onde apesar das discrepâncias espaciais, sociais, políticas e econômicas entre o Nordeste e o Sul, as problemáticas discutidas se aproximavam.

O Feminismo Radical que ganhava cada vez espaço nas vozes femininas se choca com o Feminismo Tradicional, que por sua vez defendia que o dever primordial da mulher era antes de tudo, ser uma boa mãe, e qualquer palavra contrária a esse pensamento seria uma tentativa de masculinização do feminino. Assim, o Feminismo Tradicional aliado com a medicina maternalista, que caminhava lado a lado com os discursos higienistas e eugenistas do período, não só o regido pelo determinismo biológico como também pelo determinismo social/cultural que a maternidade carrega, foram reforçados. A mulher tinha agora a função de ser a “mãe nacional”, já que o futuro do país dependia unicamente de como a mãe educaria e trataria seus filhos.

Cabe ressaltar que, apesar de que naquele momento, as nordestinas não serem especificamente o exemplo de mulher ideal que o Brasil buscava – branca, classe média/alta, “civilizada” –, elas ainda ficaram à mercê das reformas que o país almejava. A supervalorização do sacrifício da maternidade, o avanço da medicina que trazia consigo o conceito de “maternidade científica”, a culpabilização do corpo feminino, o novo papel patriótico para com o desenvolvimento da nação que a mulher deveria exercer construíram entre os sertões a figura que até hoje ainda ronda nosso imaginário, quando se fala da típica mãe nordestina. Aquela mulher guerreira, rígida e pronta para se sacrificar em nome do seu filho, mas que ainda apresenta grande despreparo materno quando colocada diante da maternidade científica e suas necessidades e deveres para com a pátria.

As problemáticas que o tema aborda colocam em evidência a forma como os corpos – aqui o feminino e nordestino – passa por inúmeras elaborações e ressignificações, para se adaptar aos modelos impostos e ditados pela sociedade. Não é de hoje que a maternidade adiciona uma grande carga nas respostas que surgem quando a pergunta “o que é ser mulher?” entra em debate. Sempre coberta por mantos religiosos, políticos e sociais, a maternidade influenciou e influencia até hoje na vida de diversas mulheres, e no Brasil nordestino da década de 20 não poderia ter sido diferente.

A construção social dos papéis surge claramente na quebra da imagem, que fazia da maternidade, a essência e a razão de ser da mulher, núcleo de coerência do feminino. De Beauvoir considera que “[...] não existe ‘instinto’ materno: a palavra não se aplica de forma alguma à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira pela qual ela se assume. E é, como vimos, extremamente variável. (STEVENS, 2007, pág. 209)

Traçar o perfil dessas mulheres representou um desafio tanto pessoal como acadêmico, pois ocorreram inúmeras situações em que esses dois quadros se chocaram. Desde o levantamento das fontes – algumas vezes dificultado pela escassez das mesmas – desde as análises teóricas/bibliográficas, a realidade cruel que a pesquisa mostrou foi sendo exposta. Mais uma vez o corpo feminino – carnal ou social – precisou se submeter a vontades ditadas por corpos masculinos. Reexaminar os discursos maternalistas trouxe a luz dispositivos de controle, afetos e dores que há muito tempo escrevem e dirigem o roteiro da utilidade feminina na sociedade. O maternalismo acolhe em seus braços de ferro inúmeras afetos e desafetos que rondam os corpos de mulheres, que são, de uma forma ou de outra, submissas a ele – na sua recusa ou na sua aceitação.

Assim, apesar das dificuldades enfrentadas, a pesquisa abre as portas para novos debates a respeito do cotidiano da formação familiar brasileira, do conceito de maternidade presente no Nordeste, como também sobre o corpo e suas subjetividades. A partir disso, pode-se entender melhor os discursos atuais sobre o binômio mulher e mãe, como também o caminho percorrido por essas figuras ao longo da história do Brasil em seus diferentes espaços, possibilitando cada vez mais estudos nessa área.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo; Boitempo, 2019.
- DE BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011.
- DICENTA, Joaquim. **Diário de Pernambuco**, Recife, de 1920 - 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=maternidade&pagfis=40> Acesso em 25 de setembro. de 2022.
- DONATH, Orna. **Mães arrependidas, uma outra visão da maternidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete; Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- LE BRETON, David. **Sociologia do corpo**. 6ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LE BRETON, David. **Antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MALUF, Marina. ROMERO, Mariza. A Sublime Virtude de ser Mãe. **Projeto História: corpo e cultura**, São Paulo, V. 25, p. 221-239, jul./dez. 2002. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10589>>. Acesso em: 29 out. 2022.

NATIONS, Marilyn. **Corte a Mortalha: o cálculo humano da morte no infantil no Ceará**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

RAMOS, Maria Bernadete. **Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencour**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.11-35. 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHEPER-HUGHES, N. **Infant mortality and infant care: cultural and economic constraints on nurturing in Northeast Brazil**. Social Science & Medicine, 19(5), 1984.

SCHEPER-HUGHES, N. **Culture, scarcity, and maternal thinking: maternal detachment and infant survival in a Brazilian shantytown**. Ethos, 13(4), 1985.

STEVENS, Cristina (org). *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHEPER-HUGHES, N. **Infant mortality and infant care: cultural and economic constraints on nurturing in Northeast Brazil**. Social Science & Medicine, 19(5), 1984.

SCHEPER-HUGHES, N. **Culture, scarcity, and maternal thinking: maternal detachment and infant survival in a Brazilian shantytown**. Ethos, 13(4), 1985.